

UNIVERSIDADE DE LISBOA
FACULDADE DE PSICOLOGIA



Mães de Crianças em Idade Escolar: *Stress* Parental e Estilos de Vinculação da Mãe e da Criança

Andreia Filipa Vieira Santos

MESTRADO INTEGRADO EM PSICOLOGIA

(Secção de Psicologia Clínica e da Saúde/ Núcleo de Psicologia Clínica Dinâmica)

2011

UNIVERSIDADE DE LISBOA
FACULDADE DE PSICOLOGIA



**Mães de Crianças em Idade Escolar: *Stress* Parental e
Estilos de Vinculação da Mãe e da Criança**

Andreia Filipa Vieira Santos

Dissertação Orientada pela Prof.^a Doutora Salomé Vieira Santos

MESTRADO INTEGRADO EM PSICOLOGIA

(Secção de Psicologia Clínica e da Saúde/ Núcleo de Psicologia Clínica Dinâmica)

2011

Agradecimentos

A realização desta Dissertação de Mestrado constitui-se como a etapa final de um longo processo de crescimento e aprendizagem que não teria sido possível sem o especial apoio de todos aqueles a quem deixo, de seguida, uma palavra de agradecimento:

À Professora Doutora Maria Salomé Vieira Santos, que se tornou, ao longo dos últimos anos, não apenas uma mentora mas uma figura de inspiração, que pela sua incansável persistência e dedicação ao trabalho despertou em mim uma vontade de ser melhor e de me desafiar em cada momento. Obrigada por ter sido capaz de visualizar este trabalho quando eu ainda não o conseguia e de, com a sua generosidade, me ter conduzido e acompanhado a este momento. Muito obrigada por acreditar em mim e me ter devolvido a esperança no Futuro.

À Reverendíssima Irmã Francisca, Directora do Colégio S. José – Ramalhão, que se disponibilizou a colaborar comigo na recolha da amostra e me recebeu de braços abertos, acolhendo-me novamente naquela instituição. Um especial agradecimento à Doutora Sofia Ataíde que operacionalizou as minhas ideias e mobilizou mães, alunos e professores para a participação nesta investigação. Um obrigada também pela partilha de ideias e experiência e pela abertura, que sempre demonstrou, perante os meus (pequenos) projectos.

Ao senhor José Manuel Ribeiro, chefe do grupo 78 de Benfica, por me ter permitido entrar na sua sede e partilhar um pouco o espírito de ajuda e boa vontade ali cultivado. Obrigada ainda à fantástica Maria Isabel Fonseca que se revelou uma amiga e ajuda preciosa, sem a qual esta colaboração não teria existido.

À Doutora Marina Carvalho, que tão atenciosamente autorizou a utilização do instrumento por si desenvolvido.

Ao Professor Doutor João Moreira, pelas preciosas sugestões e prontidão na resposta às minhas questões.

À minha família, por sempre me ter acompanhado e apoiado, dando-me o tempo necessário para me ver crescer. Um agradecimento muito especial ao meu avô, que me possibilitou chegar até aqui.

Ao Lorenzo Paulon, pelo seu apoio incondicional e a sua capacidade de me fazer rir, por ter (des)esperado comigo, mais do que qualquer outro, pela chegada deste dia. Obrigada por estares sempre comigo e lutares ao meu lado com uma enorme esperança e confiança em mim.

À Liliana Silva, pelo sorriso maravilhoso e a partilha de momentos especiais; à Catarina Rodrigues, que mesmo à distância soube estar presente de forma mágica ao longo de todos estes anos; à Lurdes Marques que me ensinou a resistir. Obrigada!

A todas as mães que, através da sua participação, tornaram este trabalho possível, deixo a minha sincera gratidão.

Muito obrigada a todos!

Resumo

O presente estudo foca três dimensões – *stress* parental, estilo de vinculação materno e estilo de vinculação da criança (percepção materna) - numa amostra não-clínica de mães. Pretende-se: (1) averiguar se as mães com estilos de vinculação seguro e inseguro se distinguem no *stress* parental; (2) analisar se há variações no estilo de vinculação da criança (seguro, ansioso/ambivalente e evitante) em função do estilo de vinculação da mãe; (3) determinar se o estilo de vinculação da criança é um preditor do *stress* parental; (4) explorar a relação do *stress* parental e dos estilos de vinculação da mãe e da criança com variáveis sócio-demográficas (mãe/criança). Participaram no estudo 73 mães de crianças com idades entre os 7 e os 12 anos. Utilizaram-se três instrumentos, o Índice de *Stress* Parental, o Questionário de Estilo Relacional, e o Inventário sobre a Vinculação na Infância e Adolescência, para avaliar, respectivamente, o *stress* parental, o estilo de vinculação da mãe e a percepção materna da vinculação da criança. Foi ainda construída uma Ficha de Recolha de Informação para a obtenção de dados sócio-demográficos (mãe, criança e agregado familiar). Os resultados mostram que as mães com estilos de vinculação seguro e inseguro não se distinguem significativamente no *stress* parental experimentado, mas distinguem-se na percepção do estilo de vinculação da criança (resultado significativo para o estilo evitante e marginalmente significativo para os estilos seguro e ansioso/ambivalente). Verifica-se ainda que a vinculação segura na criança é um preditor do *stress* parental (Domínio da Criança/Domínio dos Pais), sendo este menor quando há a percepção de maior recurso a comportamentos de tipo seguro. Relativamente às variáveis sócio-demográficas, o número de filhos associa-se significativamente com o estilo de vinculação materno, e o desempenho escolar com o *stress* parental e com o estilo de vinculação da criança.

Palavras-chave: *Stress* Parental; Vinculação; Mães; Crianças.

Abstract

The present study focuses on three dimensions – parenting stress, attachment style of the mother and attachment style of the child (mothers's perception) – in a non-clinical sample of mothers. The main aims are: (1) to examine whether mothers with secure and insecure attachment styles differentiate in parenting stress; (2) to analyze if there are differences in the child's attachment style (secure, anxious/ambivalent and avoidant) as a function of the mother's attachment style; (3) to determine whether the child's attachment style is a predictor of parenting stress; (4) to explore the relationship of parenting stress, mother's attachment style and children's attachment style with socio-demographic variables (mother/child). 73 mothers of children aged 7 to 12 years old participated in the study. Portuguese adaptations of the Parenting Stress Index and the Relationship Questionnaire, and the *Inventário sobre a Vinculação na Infância e Adolescência* were used to measure the parenting stress, the attachment style of the mother and the maternal perception of the child's attachment style. A form was also designed to obtain socio-demographic data (mother, child and family). The results show that mothers with secure and insecure attachment styles do not differentiate significantly in parenting stress, but they differentiate in the perception of the child's attachment style (significant result for the avoidant style, and marginally significant results for the secure and ambivalent/anxious styles). Secure attachment of the child was also found to be a predictor of parenting stress (Child Domain/Parent Domain). With regard to the social-demographic variables, the number of children is significantly associated with the mother's attachment style, and the child's school achievement is significantly correlated with both parenting stress and the child's attachment style.

Key-words: Parenting Stress; Attachment; Mothers; Children.

Índice

Introdução.....	1
Capítulo 1 – Parentalidade e <i>Stress</i> Parental	4
1.1 Definição de Parentalidade e Aspectos Conceptuais	4
1.2 Idade Escolar e Características da Parentalidade.....	7
1.3 <i>Stress</i> Parental: Definição e Conceptualização.....	9
Capítulo 2 – Vinculação	13
2.1 Definição de Vinculação e Conceitos Principais.....	13
2.2 Estilos de Vinculação.....	15
2.3 Prestação de Cuidados e Vinculação	17
2.4 Vinculação em Crianças em Idade Escolar.....	19
2.5 Vinculação no Adulto	21
Capítulo 3 – <i>Stress</i> Parental e Vinculação: Estudos Empíricos.....	22
Capítulo 4 – Objectivos e Hipóteses.....	25
4.1 Objectivos	25
4.2 Hipóteses.....	26
Capítulo 5 – Método.....	27
5.1 Participantes.....	27
5.1.1 Caracterização das Mães	28
5.1.2 Caracterização das Crianças-Alvo	29
5.2 Instrumentos.....	31
5.2.1 Índice de <i>Stress</i> Parental	31
5.2.2 Questionário de Estilo Relacional.....	33
5.2.3 Inventário sobre a Vinculação na Infância e Adolescência	34
5.2.4 Ficha de Recolha de Informação.....	35
5.3 Procedimento	36
5.4 Procedimentos Estatísticos	37
Capítulo 6 – Resultados.....	38
6.1 Caracterização Descritiva do <i>Stress</i> Parental, do Estilo de Vinculação das Mães e do Estilo de Vinculação das Crianças.....	38
6.2 Análise do <i>Stress</i> Parental em Função do Estilo de Vinculação Materno	42
6.3 Análise do Estilo de Vinculação da Criança em Função do Estilo de Vinculação Materno.....	43

6.4 Preditores do <i>Stress</i> Parental.....	43
6.5 Relação do <i>Stress</i> Parental, do Estilo de Vinculação Materno e do Estilo de Vinculação da Criança com Variáveis Sócio-Demográficas (Mãe/Criança).....	45
Capítulo 7 – Discussão	46
7.1 Caracterização do <i>Stress</i> Parental, do Estilo de Vinculação Materno e da Percepção do Estilo de Vinculação das Crianças-Alvo	47
7.2 <i>Stress</i> Parental e Estilo de Vinculação da Criança em Função do Estilo de Vinculação da Mãe	48
7.3 Estilo de Vinculação da Criança como Preditor do <i>Stress</i> Parental.....	50
7.4 Relação do <i>Stress</i> Parental, da Vinculação da Mãe e da Vinculação da Criança com Variáveis Sócio-Demográficas	51
Capítulo 8 - Conclusão	52
Referências	55
Anexos.....	64

Índice de Quadros

Quadro 1 - Nível de Escolaridade das Mães – Frequências e Percentagens (%).....	28
Quadro 2 - Categoria Profissional das Mães - Frequências e Percentagens (%)	29
Quadro 3 - Ano de Escolaridade da Criança – Frequências e Percentagens (%).....	30
Quadro 4 - ISP – Médias (<i>M</i>), Desvios-Padrão (<i>DP</i>) e Valores Mínimos e Máximos (Obtidos e Teóricos).....	39
Quadro 5 – Estilo de Vinculação das Mães – Frequências e Percentagens (%)	40
Quadro 6 - Estilo de Vinculação das Mães – Frequências e Percentagens (%): Variável Dicotômica	41
Quadro 7 – IVIA – Médias (<i>M</i>), Desvios-Padrão (<i>DP</i>), Valores Mínimos e Máximos (Obtidos e Teóricos).....	41
Quadro 8 – <i>Stress</i> Parental em Função do Estilo de Vinculação da Mãe	42
Quadro 9 – Estilo de Vinculação da Criança em Função do Estilo de Vinculação da Mãe	43
Quadro 10 – Predição do <i>Stress</i> Parental (Domínio da Criança ou Domínio dos Pais) com Base no Estilo de Vinculação da Criança.....	44
Quadro 11 – Correlação do <i>Stress</i> Parental, do Estilo de Vinculação da Mãe e do Estilo de Vinculação da Criança com Variáveis Sócio-Demográficas Relativas à Mãe	45
Quadro 12 - Correlação do <i>Stress</i> Parental, do Estilo de Vinculação da Mãe e do Estilo de Vinculação da Criança com Variáveis Sócio-Demográficas Relativas à Criança.....	46

Índice de Anexos

Anexo I – Ficha de Recolha de Informação

Anexo II – Informação Apresentada às Mães e Consentimento Informado

Anexo III – Folha de Instruções (exemplar entregue no Colégio)

Anexo IV – *Stress* Parental: Comparação com Amostra Normativa do ISP

Introdução

O presente trabalho incide sobre o estudo do *stress* parental, do estilo de vinculação materno e da percepção materna do estilo de vinculação da criança, numa amostra de mães de crianças em idade escolar. A escolha do tema prende-se com a insuficiência de estudos que o abordem nesta faixa etária, nomeadamente em Portugal, onde não foram encontradas pesquisas que tenham em conta a relação entre estas três dimensões.

O exercício da parentalidade é uma realidade complexa, que integra qualidades relacionais, tarefas e comportamentos (ver Pecnik, 2006). Na base deste processo está uma busca pela transmissão de valores e competências através de uma comunicação intersubjectiva de afecto que pauta a tonalidade da relação. Esta tonalidade afectiva, com bases comportamentais biológicas e aprendidas, transforma a relação, fornecendo contornos e limites que vão delinear expectativas e modelos internos que, tanto a criança como os pais, trazem para a interacção (Bowlby, 1971, 1975, 1980). É, portanto, esta capacidade de trocar mensagens, de dar, receber e responder a sinais do outro, que marcará o compasso em que outras dimensões da parentalidade como, por exemplo, o sentido de competência dos pais, se estabelecerão. Nessa troca de mensagens, quando surgem interferências ou dissonâncias ou quando características da criança ou dos pais são vivenciadas como obstáculos ou dificuldades na relação, a pressão aumenta e pode dar lugar à experiência de *stress* (e.g., Abidin & Santos, 2003). Também acontecimentos ou circunstâncias geradoras de *stress* têm capacidade para interferir de forma negativa no desempenho do papel parental, mais especificamente na competência dos pais para responderem de forma sensível e eficaz às necessidades da criança, prejudicando não só o subsistema parental, mas também a própria criança que não obtém as respostas adequadas (Deater-Deckart, 2005).

A investigação tem avançado no sentido de comprovar que a “segurança” na vinculação está associada a uma prestação de cuidados parentais sensível (De Wolf & van IJzendoorn, 1997; van IJzendoorn, Juffer, & Duyvesteyn, 1995, citado por Soares, Martins, & Tereno, 2009). A vinculação segura desenvolve-se num contexto relacional em que o cuidador reconhece os sinais da criança, responde de forma apropriada a esses sinais e consegue modular a activação emocional negativa, aumentando, assim, a probabilidade da criança desenvolver um modelo interno do cuidador como uma base

segura e um refúgio em momentos de necessidade (ver Bowlby, 1971, 1975, 1980; Soares et al., 2009). Tem-se ainda verificado que, no que diz respeito às características maternas, a saúde psicológica e o bem-estar afectam a qualidade dos cuidados prestados e a segurança da vinculação (Belsky, 1999a), constituindo a experiência de *stress* uma variável importante que pode contribuir para uma maior incidência de padrões de vinculação insegura (e.g., De Wolf & van IJzendoorn, 1997).

Tem sido realçada a relação entre *stress* parental e estilos de vinculação insegura em crianças mais novas (e.g., Casady, Diener, Russel, & Wright, 2001; Emery, Paquete, & Bigras, 2008; Hadadian & Merbler, 1996; Jarvis & Cressey, 1991; Reda & Hartshorn, 2008; Scher & Mayseless, 2000), carecendo-se, no entanto, de estudos que focalizem crianças mais velhas em Portugal. Verifica-se, em particular, que crianças com um estilo de vinculação inseguro são mais propensas a apresentar problemas de linguagem, sociais e comportamentais (ver Belsky & Fearon, 2002; Sroufe, Egeland, Carlson, & Collins, 2005), o que, por sua vez, torna mais difícil a gestão da parentalidade e aumenta a probabilidade de esta ser vivida com *stress*. No entanto, o estilo de vinculação parental afecta igualmente esta relação entre pais e filhos, tendo sido demonstrado que figuras parentais com estilos de vinculação insegura têm maior tendência para experimentarem *stress* no desempenho do papel parental (e.g., Mcgriff, 2000; Rholes, Simpson, & Friedman, 2006; Townsend, 2001; Zuck, 2010).

Nesta sequência, o presente trabalho tem como principais objectivos analisar, numa amostra de mães de crianças em idade escolar, o *stress* parental e o estilo de vinculação materno e da criança, e explorar a relação destas dimensões com variáveis sócio-demográficas.

Este trabalho encontra-se organizado em oito capítulos. No primeiro capítulo definem-se, conceptualizam-se e caracterizam-se vários aspectos relativos à parentalidade, incluindo a experiência da parentalidade em pais de crianças em idade escolar, e o *stress* parental.

O segundo capítulo é dedicado à vinculação. Abordam-se os principais conceitos relativos à teoria da vinculação, faz-se uma descrição sucinta dos vários estilos de vinculação, analisa-se a relação entre a vinculação e o sistema de prestação de cuidados, apresentam-se as características fundamentais da vinculação em idade escolar, terminando-se com uma breve caracterização da vinculação na idade adulta.

O terceiro capítulo foca a relação entre o *stress* parental e os estilos de vinculação parental e da criança, com base na literatura empírica disponível sobre o assunto.

No quarto capítulo expõem-se, de forma detalhada, os objectivos definidos – gerais e específicos – assim como as hipóteses delineadas.

A caracterização da amostra e dos instrumentos utilizados, a par de uma descrição do procedimento e dos procedimentos estatísticos usados, figuram no quinto capítulo.

O sexto e o sétimo capítulos remetem, respectivamente, para a apresentação e discussão de resultados.

No oitavo e último capítulo destacam-se as conclusões do presente estudo e apresentam-se as suas principais limitações. São ainda propostas pistas para investigação futura.

Capítulo 1 – Parentalidade e *Stress* Parental

Neste primeiro capítulo define-se parentalidade e incide-se em aspectos relativos à sua conceptualização, analisam-se algumas características que ela assume em pais de crianças em idade escolar e, por fim, aborda-se o *stress* parental, focando a sua definição e conceptualização.

1.1 Definição de Parentalidade e Aspectos Conceptuais

A parentalidade reporta a uma realidade quase tão antiga como a existência da humanidade. Contudo, só recentemente lhe é atribuída importância em termos históricos, tornando-se também alvo de interesse por parte da Psicologia.

Nos dias de hoje, assiste-se a uma procura crescente de saberes que permitem orientar os pais e a sociedade como um todo no desempenho da função parental (e.g., Bornstein, 1998; Daly, 2006). Curiosamente, tal acontece numa altura em que existe uma crise de valores sociais e familiares, em que o papel dos pais na vida dos filhos é cada vez mais partilhado com outros – familiares, instituições, sociedade, Estado – e em que, também por isso, ele é tornado mais abstracto e aparentemente diluído na sua essência. A parentalidade começa a adquirir uma forma comunitária e de domínio político e público, envolvendo não apenas os pais (ou cuidadores) e a criança, mas também os serviços locais e nacionais, e o próprio Estado, possuindo cada um destes intervenientes um conjunto de direitos e deveres distintos (Baumrind & Thompson, 2002; Champion, 1995; Daly, 2006). Actualmente, a parentalidade é perspectivada como um conceito holístico e resultante de múltiplas influências, reagrupando-se três sistemas interligados: as necessidades desenvolvimentais da criança, a capacidade dos pais para responderem a estas necessidades de forma adequada e, por último, as influências situacionais e ambientais, quer estas sejam positivas ou negativas (Pecnik, 2006). Mediante este cenário, o que pode então entender-se por parentalidade?

A parentalidade remete para um conjunto de relações e actividades através das quais os pais estão implicados no cuidado e educação dos filhos (Daly, 2006), e que visam garantir a sobrevivência, o desenvolvimento e o bem-estar da criança (Hoghugh, 2004). É um processo complexo em que há o estabelecimento de relações bidireccionais entre membros de duas ou mais gerações, envolvendo diversos níveis de organização e

uma série de dinâmicas interactivas que ocorrem entre esses mesmos níveis e os vários intervenientes (Lerner, Rothbaum, Boulos, & Castellino, 2002). A parentalidade implica um conjunto de adaptações psíquicas e afectivas que irá permitir aos adultos exercer o seu papel de pais, isto é, responder às necessidades físicas, afectivas, intelectuais e sociais dos seus filhos, proporcionando-lhes estrutura e um sentimento de pertença, e favorecendo o desenvolvimento da sua autonomia (Daly, 2006). Estas adaptações são determinadas por tarefas (e.g., cuidados físicos, imposição de limites e ensinamentos sociais), comportamentos (e.g., receptividade, afecto e consideração positiva) e qualidades relacionais várias (e.g., mostrar-se como uma fonte de segurança afectiva) (ver Pecnik, 2006). Na mesma linha, Champion (1995) entende que as principais tarefas da parentalidade consistem em proporcionar os cuidados básicos à criança, protegê-la e educá-la, zelar pela sua segurança, fornecer orientação e impor limites, oferecer estabilidade e condições propícias ao seu desenvolvimento total através da transmissão de competências e de modelagem de comportamentos desejáveis, assim como, a um outro nível, contribuir para a segurança e prosperidade económica da sociedade e da nação, e para o cumprimento da Lei.

Marcelli (2005) conceptualiza três “ordens” de parentalidade que remetem, cada uma delas, para um eixo relacional principal. Assim, a *ordem tecnocrática* consistirá em educar um bebé real, apontando para uma relação diádica mãe-criança impregnada pelo «fantasma de sedução». A *ordem capitalista* diz respeito ao desejo de ter uma criança. Aqui o bebé fantasmático assume o seu lugar numa relação triangular entre pai-mãe-filho, ensombrada pelo «fantasma da cena primitiva». A *ordem simbólica*, fazendo alusão ao «mito das origens», organiza-se numa relação triangular diacrónica transgeracional de que é protótipo a relação avós-pais-criança, tendo como significado o que é ser pai.

A parentalidade assume formas individuais muito diferenciadas, apresentando estilos diversificados consoante o meio em que a família se desenvolve e as próprias características familiares (Bonrstein & Bornstein, 2007), e necessita de apoio para ser exercida com sucesso (Daly, 2006). A transição para a parentalidade, etapa central do ciclo de vida da família, começa com o nascimento de um filho e abarca diversas realidades que vão desde a vivência da maternidade/paternidade e de uma nova relação vertical, passando pelo sentido de filiação e de pertença à família por parte da criança, e pela aliança parental, entre outras (Alarcão, 2006). O desejo de ter um filho, ainda que possa apresentar inúmeras motivações conscientes, remete para disposições pré-

conscientes ou inconscientes relativas à problemática edipiana (Marcelli, 2005). Assim, o lugar que a criança vem a ocupar na família é resultado do imaginário parental e da forma como a criança real se adapta a esse imaginário. Ela tem de conquistar e descobrir um espaço próprio na dinâmica psíquica do indivíduo, do casal e mesmo da família (Idem). Já aos progenitores é requerido que enfrentem uma série de tarefas de desenvolvimento – reavaliação e reestruturação da relação com a família de origem, da relação com o cônjuge/companheiro e da sua própria identidade, assim como a construção de uma relação com a criança enquanto ser separado - para que a experiência parental seja vivida de forma positiva por todas as partes (Canavarro, 2001).

Houzel (1999) considera que existem três eixos em torno dos quais é possível agrupar as funções parentais: *o exercício da parentalidade, a experiência da parentalidade e a prática da parentalidade*. O primeiro eixo, *o exercício da parentalidade*, transcende o indivíduo, a sua subjectividade e os seus comportamentos, remetendo para a existência de aspectos jurídicos e sociais que definem um conjunto de regras associadas à genealogia. Os sentimentos de filiação e de aliança traduzem-se numa série de direitos e deveres que garantem um lugar de pertença, permitindo ao indivíduo desenvolver-se sob certas restrições que organizam o funcionamento psíquico (e.g., a interdição do incesto). O segundo eixo, *a experiência da parentalidade*, diz respeito à experiência subjectiva consciente e inconsciente de tornar-se mãe/pai e de exercer o papel parental. Deste eixo constam o desejo de ter uma criança e o processo de transição para a parentalidade. *A prática da parentalidade*, último dos eixos apresentados por Houzel, compreende as tarefas quotidianas implicadas no cuidado da criança. Em paralelo com estes eixos de tipo antropológico definidos por Houzel, Cochet (s.d.) refere uma outra tripartição que acontece no interior da família, considerada por ele como uma unidade singular. Assim, o primeiro nível comportaria a história simbólica de cada um dos pais, com as suas significações individuais, que irão criar para a criança um lugar simbólico preciso no seio da família. O segundo nível diz respeito ao modo de construção fantasmático individual dos desejos e remete para a relação imaginária entre os pais e a criança. O terceiro nível introduz a noção de objecto real, implicando já uma separação da criança como ser independente do imaginário parental.

Ainda que se tenha vindo a falar da parentalidade no seu conjunto, importa realçar que esta não é uma actividade assexuada (Daly, 2006). Pai e mãe têm diferentes papéis de igual valor relacional que contribuem para que a criança possa usufruir de

uma experiência interactiva rica e completa. Da atitude do pai depende a percepção materna acerca da função paterna e da sua importância e, conseqüentemente, o modo como a relação triádica se estabelecerá (Lebovici & Soulé, 1980).

Como já foi referido anteriormente, o comportamento parental não tem a ver com o que acontece apenas entre os pais e a criança, sendo importante que se possua uma compreensão mais alargada, ecológica, considerando-se o contexto familiar, social, económico, cultural e legal em que a parentalidade se desenvolve (Alarcão, 2006). Importa também realçar que a parentalidade é uma tarefa que assume contornos específicos e diversas formas consoante a idade, as necessidades e as exigências da criança (Idem).

Em seguida abordam-se algumas características da parentalidade quando a faixa etária da criança se situa entre os 6 e os 12 anos, enquadrando, assim, as idades-alvo da amostra em estudo.

1.2 Idade Escolar e Características da Parentalidade

As crianças entre os 6 e os 12 anos de idade apresentam um conjunto de exigências específicas que resultam do seu processo de maturação bio-psico-social. Cabe aos pais terem capacidade de adaptação a esta nova fase, integrando o desenvolvimento da criança na sua vivência da parentalidade. É agora necessário reajustar expectativas e alterar comportamentos, adaptar o conteúdo das conversas e promover a exposição a novas oportunidades (Collins, Madsen, & Susman-Stillman, 2002).

Por volta dos 6/7 anos a criança começa a dar entrada no período de Latência, caracterizado por uma aparente acalmia em relação às pulsões libidinais e agressivas (Freud, 2001/1923). A criança possui um Super Ego e um Ideal do Ego organizados e apresenta-se mais disponível para a aprendizagem escolar (Ferreira, 2002), focando-se, por exemplo, em noções como classificação e seriação, sinais do acesso ao período operatório concreto (Piaget, 1929). Existe ainda uma diminuição da dimensão mágica do pensamento, que vai dar lugar a um raciocínio lógico, o qual passará a dominar a percepção (Golse, 2005).

É nesta altura que se dá a entrada para o ensino básico, o que traz à criança uma promessa de autonomia e de aproximação ao poder dos adultos, através da possibilidade de aquisição do saber, exigindo-lhe, no entanto, um trabalho de maior separação

relativamente à família, com o qual tanto ela como os pais terão de aprender a lidar (Alarcão, 2006). A socialização alarga-se, designadamente ao grupo de pares, e acontece através dos jogos de regras, pela utilização de jogos colectivos e pelo aumento de trocas verbais (Golse, 2005). As competências até aqui adquiridas permitem à criança um aumento de formas de comunicação já que agora ela pode não apenas compreender e interpretar a comunicação oral, mas também utilizar a comunicação escrita (Papalia, Olds, & Feldman, 2001). A socialização é ainda apoiada pelo desenvolvimento motor que acompanha esta fase, assistindo-se a um aumento da destreza, da coordenação e da rapidez dos movimentos efectuados (Idem).

A capacidade crescente de sublimar permite à criança substituir os seus sentimentos em relação às imagens parentais idealizadas por ternura e, através de processos de identificação secundária com a família, apresentar as primeiras ambições académicas (Golse, 2005).

Na gestão da parentalidade, os pais são confrontados com a crescente autonomização da criança. Ainda que mantenham a sua função contentora e auxiliar, devem impor um conjunto mais exigente de normas e regras de actuação, recorrendo à negociação como um instrumento de recurso para potenciar o acesso à flexibilidade (Alarcão, 2006). Se antes eram os pais que funcionavam como os principais “reguladores da criança” e os principais intervenientes do seu mundo relacional, agora é ela quem procura aperfeiçoar o seu auto-controlo, quer ao nível do comportamento quer ao nível das interacções que estabelece com os outros, existindo uma diminuição progressiva das interacções pais-criança e da expressão física de afecto entre eles (Collins et al., 2002).

Quando alcança os 11/12 anos a criança apresenta já algumas características que indiciam a vivência da puberdade, como sejam as transformações do corpo devidas ao início do aparecimento dos caracteres sexuais secundários, e a sua entrada numa fase de pré-adolescência (Papalia et al., 2001). Estas transformações bio-fisiológicas acarretam outras de tipo relacional, levando muitas vezes ao aparecimento de múltiplas angústias e incertezas (Alarcão, 2006). Começa a preparar-se a entrada no período Genital (Freud, 2001/1923), em que o confronto com a sexualidade genital acontece na sequência do que muitos consideram como “o trauma da puberdade” (ver Golse, 2005). Do ponto de vista intelectual, o pensamento desprende-se cada vez mais da realidade concreta, passando a incluir a reversibilidade e, progressivamente, o acesso a um universo abstracto (Piaget, 1929). Assiste-se a uma continuação no processo de procura crescente

de autonomia e assume-se uma busca de identidade (Erikson, 1963/1950) que passa também por começar a pôr em jogo a gestão do poder e a procura de uma abertura ainda maior ao que é externo à família (Alarcão, 2006). Aos pais é requerido que se conservem como sistema executivo da família pela manutenção de relações verticais, ainda que estas venham a adquirir uma amplitude progressivamente mais reduzida (Idem).

A adaptação aos diferentes processos e momentos subjacentes à complexa tarefa da parentalidade nem sempre é fácil, surgindo por vezes desequilíbrios – temporários ou duradouros – que poderão vir a afectar a relação entre pais e filhos, e que podem ser geradores de *stress*.

1.3 *Stress* Parental: Definição e Conceptualização

No exercício da função parental os pais são confrontados com inúmeras exigências que, sendo influenciadas por características pessoais, do meio e da própria criança, têm efeitos no desempenho do papel parental e nos níveis de *stress* experimentados por qualquer uma das figuras parentais (e.g., Abidin, 1990). No entanto, o facto de existirem experiências de *stress* não quer dizer que exista disfuncionalidade, estando esta maioritariamente dependente do número e intensidade dessas experiências, bem como dos recursos de que os pais dispõem para lidar com as situações (Idem).

Pode definir-se *stress* parental como uma reacção psicológica adversa que desencadeia sentimentos negativos em relação à criança ou a si própria/o, no exercício da parentalidade (Deater-Deckard, 1998). Quando este *stress* se encontra dentro de níveis normativos pode funcionar como um factor impulsionador para a utilização de recursos e estratégias de *coping* disponíveis (e.g., Abidin, 1992). Pelo contrário, se ele assumir um carácter de cronicidade, poderá ter consequências nefastas para a criança e seus pais, interferindo com a capacidade parental para responder de forma construtiva às exigências e competências, sempre em mudança, da criança (Crnic & Low, 2002; Deater-Deckard, 2005). Note-se que a interpretação emocional que os pais fazem das situações assume um papel preponderante já que ela é tão importante como os acontecimentos propriamente ditos, ou como as características apresentadas pela criança (Santos, 2008). As cognições e crenças dos pais relativas ao desempenho do papel parental, assim como o seu envolvimento neste papel, assumem um peso significativo uma vez que irão exercer uma função de moderador perante os estímulos e situações que se constituem como potenciais fontes de *stress* (Abidin, 1992). Diferenças

individuais no funcionamento dos pais são provavelmente o resultado de particularidades e vulnerabilidades específicas, associadas à sua saúde mental e à forma de utilização de recursos de cada um (e.g., Crnic & Low, 2002; Deater-Deckard, 2005). Para além das influências individuais, aspectos relativos à relação conjugal e às transições do ciclo vital da família parecem também exercer um peso nos níveis de *stress* parental (Crnic & Low, 2002).

Adicionalmente, a investigação tem consistentemente mostrado que os efeitos da criança nos pais e nos processos familiares são de extrema importância. Constatou-se, por exemplo, que os pais de crianças que apresentam problemas persistentes de comportamento (e.g., défice de atenção, oposição, agressividade) têm níveis mais elevados de *stress* e mostram mais dificuldades no exercício do seu papel parental, dificuldades essas que se manifestam através de hostilidade, insensibilidade ou falta de responsividade para com a criança, estando as diferenças familiares associadas com atributos da criança como a capacidade de auto-regulação, a existência de menos problemas de comportamento e um maior número de cognições e comportamentos pró-sociais (ver Deater-Deckard, *in press*). É plausível que, ao considerar o comportamento dos seus filhos como não normativo, os pais sofram mais no seu quotidiano, comparativamente com os pais que percebem o comportamento dos filhos como normativo, podendo tal ser também gerador de *stress* (Crnic & Low, 2002).

O *stress* parental é qualitativamente diferente de outros tipos de *stress*, e constitui-se como o melhor preditor da saúde e bem-estar dos pais, assim como do desenvolvimento da criança, quando comparado com o *stress* resultante de situações de vida de carácter mais geral (ver Deater-Deckard, 1998). O *stress* parental tem efeitos directos ao nível da qualidade do funcionamento familiar, sendo possível o seu impacto estender-se também ao desenvolvimento e comportamento da criança, de tal forma que, como consequência de disfuncionalidade parental, a criança pode desenvolver problemas comportamentais e/ou emocionais (Abidin & Santos, 2003; Crnic & Low, 2002; Deater-Deckard, 2005). Para além disso, esta parentalidade disfuncional e o seu efeito na criança são susceptíveis de gerar um ciclo de interacções negativas que, sendo bidireccional, agrava ainda mais o *stress* experienciado pelos pais (Abidin & Santos, 2003).

Na literatura é possível encontrar duas linhas de pensamento no que diz respeito ao *stress* parental: uma primeira, que estabelece uma relação entre o *stress* parental e as frustrações quotidianas inerentes ao papel parental (Crnic & Greenberg, 1990; Crnic &

Low, 2002); uma segunda, que se debruça na relação estabelecida entre pais e filhos (e.g., Abidin, 1992). Se, no primeiro caso, são as frustrações diárias, à partida consideradas normais (“*daily hassles*”), a par do acumular de exigências específicas e continuadas, que acaba por ter um efeito negativo na relação (Crnic & Greenberg, 1990), no segundo caso, o *stress* vivido pelos pais é o resultado de dificuldades experimentadas na relação pais-filhos durante o desempenho do papel parental, representando um afastamento das situações normativas, e manifestando uma dificuldade de gestão e uma escassez de recursos (Abidin, 1990).

Faz-se em seguida uma referência ao modelo de *stress* parental desenvolvido por Abidin (e.g., Abidin, 1995) dado ele estar subjacente ao instrumento *Parenting Stress Index* - PSI, que avalia o *stress* parental e cuja versão portuguesa foi utilizada no presente trabalho (ver Abidin & Santos, 2003). Este modelo preconiza que quer características da criança (e.g., temperamento, sentimento de reforço que a criança proporciona aos pais), quer características parentais (e.g., personalidade, variáveis contextuais como relação com o companheiro) e ainda factores globais de *stress* situacional podem ser responsáveis pelo aumento de *stress* na experiência da parentalidade (Abidin, 1995; Abidin & Santos, 2003). Assim, o total de *stress* experimentado pela figura parental é função de características específicas da criança, da figura parental e de variáveis situacionais directamente relacionadas com o desempenho do papel parental (Idem).

Relativamente às características da criança, estas podem ser reduzidas a quatro variáveis que dizem respeito ao temperamento, avaliadas em quatro das subescalas do Domínio da Criança do ISP – Maleabilidade de Adaptação, Exigência, Humor e Distracção/Hiperactividade - e a duas outras variáveis (subescalas), de tipo interactivo, que remetem para a satisfação das expectativas parentais e para o sentimento de ser reforçado pela criança no desempenho do papel parental – Aceitação e Reforço aos Pais. A subescala Maleabilidade de Adaptação diz respeito à facilidade com que a criança é capaz de lidar com a mudança, traduzindo dificuldades como teimosia e comportamentos de evitamento. A subescala Exigência envolve comportamentos activos, como exigências de atenção e de prémios, e reporta-se à pressão que a criança exerce sobre a figura parental. A subescala Humor relaciona-se com comportamentos de choro excessivo, retraimento ou depressão. A subescala Distracção/Hiperactividade diz respeito a comportamentos que implicam uma vigilância constante por parte dos pais e, conseqüentemente, um grande desgaste de energia. A subescala Aceitação, ligada à

percepção do que é socialmente desejável, foca as expectativas que os pais têm acerca das características da criança e se esta satisfaz ou não essas expectativas. Por fim, a subescala Reforço aos Pais representa o grau em que a relação pais-filho/a se traduz numa experiência afectiva positiva.

No caso das características dos pais, as relacionadas com a personalidade e patologia da figura parental, são enquadradas em três subescalas do ISP - Depressão, Sentido de Competência e Vinculação – integradas no Domínio dos Pais. O modelo pressupõe que estas variáveis estão directamente relacionadas e que têm uma ligação directa no nível do *stress* experimentado e no investimento que a figura parental tem no seu papel de mãe/pai. A subescala Depressão avalia a disponibilidade emocional para a criança e a energia emocional e física da figura parental. A subescala Sentido de Competência diz respeito à percepção da figura parental sobre a sua capacidade no desempenho do seu papel. A subescala Vinculação analisa o nível de motivação e de investimento dos pais no exercício do papel parental.

Existem ainda quatro variáveis situacionais que se estabelecem como elementos principais ao nível do *stress* experimentado – Relação com Marido/Mulher, Isolamento Social, Saúde e Restrição do Papel – e que deram origem às quatro subescalas que completam o Domínio dos Pais do ISP. A subescala Relação com Marido/Mulher avalia o apoio físico e emocional, facultado pelo cônjuge, e determina o nível de conflito na relação associado com o funcionamento parental. A subescala Isolamento avalia a percepção de isolamento e a disponibilidade de apoio social. A subescala Saúde diz respeito ao impacto que o estado de saúde física pode ter na satisfação de necessidades relativas ao papel parental. A subescala Restrição do Papel relaciona-se com as limitações colocadas pelo papel parental no exercício de outros papéis sociais e na liberdade pessoal dos pais.

No desempenho do papel parental existe ainda a influência de factores de *stress* situacional que moderam ou exacerbam as dificuldades da parentalidade. Segundo o modelo de R. Abidin (ver Abidin & Santos, 2003) estes factores são também tidos em conta e podem ser avaliados mediante a Escala de *Stress* de Vida.

Quando os níveis de *stress* apresentam valores muito elevados é provável que exista um funcionamento negativo da família, comprometendo a qualidade da relação pais-filhos (Abidin & Santos, 2003). Contudo, níveis muito baixos de *stress* também podem ser um sinal de alerta já que existe a possibilidade de indicarem desinvestimento na relação com a criança. Considera-se que o *stress* parental tem um papel central na

dinâmica familiar, constituindo-se como um bom preditor do funcionamento positivo ou negativo da família (Idem).

Capítulo 2 – Vinculação

O presente capítulo debruçar-se-á sobre a vinculação. Define-se vinculação e abordam-se aspectos conceptuais básicos, faz-se uma caracterização dos vários estilos de vinculação, relaciona-se o sistema de prestação de cuidados com a vinculação, reflecte-se sobre as particularidades que a vinculação apresenta em crianças em idade escolar e, por último, apresentam-se as características da vinculação no adulto.

2.1 Definição de Vinculação e Conceitos Principais

A teoria da vinculação teve origem nas observações efectuadas por J. Bowlby no âmbito da privação de cuidados parentais no desenvolvimento de crianças institucionalizadas e tem desempenhado um papel fundamental na compreensão do desenvolvimento adaptativo e do funcionamento das relações interpessoais com figuras significativas.

Pode definir-se vinculação como um sistema comportamental que serve funções filogenéticas com vista à protecção do indivíduo, que apresenta uma natureza instintiva e tem um resultado provável de reaproximação à figura de vinculação (Bowlby, 1971, 1975, 1980). O facto de todos os bebés desenvolverem uma relação de vinculação a uma figura que lhes presta cuidados de forma continuada durante o primeiro ano de vida, aponta para que a relação de vinculação se tenha estabelecido como uma vantagem evolutiva que aumenta as hipóteses de sobrevivência e de reprodução da espécie humana, pela proximidade a um membro mais competente da mesma espécie (Idem). Assim, o objectivo previsível do sistema de vinculação é a manutenção da proximidade física ainda que o comportamento de vinculação propriamente dito possa ser influenciado por estímulos activadores e inibidores mediante circunstâncias específicas (Ainsworth, Blehar, Waters, & Wall, 1978; Bowlby, 1971, 1975, 1980). Estes estímulos podem dizer respeito à criança (e.g., fadiga, mal-estar, desconforto), à figura de vinculação (e.g., ausência ou indisponibilidade) ou ao meio (e.g., situações de alerta ou susto, presença de estranhos), e é a sua presença e/ou combinação que permite a activação/desactivação de outros sistemas, como é o caso do sistema comportamental do

medo e do sistema exploratório (Bowlby, 1971, 1975, 1980). A complementaridade entre estes sistemas é verificada através dos fenómenos de *base segura* – a criança parte da figura de vinculação para explorar o meio, monitoriza o seu paradeiro e volta a ela de tempos a tempos, procurando manter uma distância óptima - e de *refúgio seguro* – a criança busca a proximidade e protecção da figura de vinculação quando presente potenciais ameaças (Ainsworth et al., 1978).

Segundo Simpson e Rholes (1998), a teoria da vinculação pode ser analisada mediante duas componentes: a normativa e a individual. A componente normativa está relacionada com os padrões comportamentais relativos à espécie e que visam o cumprimento da função biológica, sendo comum a todos os seres humanos. A componente individual baseia-se no pressuposto de que, ainda que a vinculação seja um comportamento de base biológica, ela é capaz de assumir contornos individuais, organizando-se em formas diferenciadas e mantendo as funções e objectivos evolutivos comuns à espécie (Idem). Relativamente à componente normativa, ela compreende quatro fases de desenvolvimento da vinculação na infância: 1) *Orientação e sinais com uma discriminação limitada de figuras*; 2) *Orientação e sinais dirigidos para uma (ou mais) figura(s) discriminada(s)*; 3) *Manutenção da proximidade com uma figura discriminada através da locomoção e de sinais*; 4) *Formação de uma relação recíproca corrigida por objectivos* (Bowlby, 1971; Soares et al., 2009).

A teoria da vinculação procura ainda explicar o impacto, quer positivo quer negativo, da qualidade dos cuidados recebidos no desenvolvimento do ser humano. Para isso Bowlby (1971, 1975, 1980) introduz o conceito de modelos internos dinâmicos (*internal working models*), que visa estabelecer a ligação entre experiências passadas e a sua implicação no presente e futuro. Os modelos internos dinâmicos constituem representações do *self*, das figuras de vinculação e das relações, abarcam o mundo físico, afectivo e interpessoal, e são constituídos por dimensões cognitivas, emocionais e comportamentais (Soares et al., 2009). Estes modelos organizam a selecção e interpretação das experiências vividas pela pessoa e condicionam respostas consistentes com as expectativas desenvolvidas através da vivência dessas mesmas experiências, constituindo um processo de assimilação e acomodação (Bowlby, 1971, 1975, 1980; Thompson, 1999). À medida que o indivíduo se desenvolve, também os seus modelos internos vão evoluindo, alargando o espectro da sua influência: se, no início, as expectativas se limitam ao comportamento do cuidador, com o desenvolvimento estas mesmas expectativas passam a abranger dimensões como a acessibilidade e

responsividade do cuidador e uma imagem do *self* como merecedor (ou não) dos cuidados que recebe (Bowlby, 1971, 1975, 1980). Assim, por exemplo, uma experiência de cuidado positiva, baseada na confiança no cuidador, vai promover uma imagem do *self* como merecedor, conduzindo a uma auto-avaliação também ela positiva (Idem).

Em seguida descrevem-se os quatro padrões clássicos de vinculação: vinculação segura, insegura ansiosa/ambivalente, insegura evitante (Ainsworth et al., 1978) e desorganizada/desorientada (Main & Solomon, 1990). Mais à frente, neste capítulo (ponto 2.4), serão abordados outros estilos de vinculação, subjacentes ao modelo teórico que está na base da concepção do instrumento utilizado no presente trabalho para avaliar a vinculação das mães – Questionário de Estilo Relacional.

2.2 Estilos de Vinculação

Todos os bebés apresentam uma propensão biológica para estabelecer um laço afectivo. No entanto, a verdade é que o modo como esse laço é expresso e construído sofre a influência de múltiplos factores que culminam em padrões específicos de relacionamento: Seguro, Inseguro Ambivalente e Inseguro Evitante (Ainsworth et al., 1978). Estes padrões de vinculação apresentam qualidades distintas entre si e pautam o processo de organização da relação. Cada um destes três padrões, caracterizados por Ainsworth após a realização de observações utilizando a Situação Estranha (procedimento laboratorial de avaliação da interacção mãe-bebé, concebido pela própria Ainsworth, com o objectivo específico de testar e observar directamente a existência e manifestação destes padrões de vinculação), reflecte uma estratégia que visa a resolução de problemas adaptativos e que surge também como resposta a diferentes ambientes de parentalidade (Ainsworth et al., 1978; Belsky, 1999b). Mais tarde, Main e Solomon (1990) vêm acrescentar um novo padrão de vinculação que designam por estilo desorganizado/desorientado. Estas diferenças na qualidade da vinculação são o resultado de múltiplas interacções entre (1) variáveis do microssistema: características da criança (e.g., temperamento e desenvolvimento cognitivo), da figura materna (e.g., representação da vinculação do adulto, psicopatologia) e da qualidade dos cuidados (e.g., disponibilidade emocional e sensibilidade); (2) factores do meio de influência mais indirecta como o apoio social recebido pela figura de vinculação, a qualidade da relação de casal, o nível sócio-económico, entre outros potenciais factores (Belsky, 2005a).

Aos três estilos de vinculação definidos por Ainsworth (Ainsworth et al., 1978) correspondem padrões comportamentais específicos que consistem em três formas adaptativas de organizar o sistema de vinculação (Weinfield, Sroufe, Egeland, & Carlson, 1999). Estes padrões visam otimizar a resposta da figura de vinculação ao perigo e promovem, ainda que de formas diferentes, a sua proximidade (Idem). Cada um dos padrões, descritos seguidamente, representa uma estratégia diferencial e contingente que procura resolver problemas adaptativos de diferentes ambientes de parentalidade, sendo a sua qualidade biológica semelhante pois todos permitem uma adaptação eficaz ao contexto em que a criança se desenvolve (Belsky, 1999b).

O *padrão de vinculação seguro* caracteriza-se pela procura activa de proximidade e interacção com a figura de vinculação, assim como de contacto físico (Ainsworth et al., 1978). Comportamentos de evitamento e de resistência apresentam baixa frequência e intensidade. Na ausência da figura de vinculação a exploração do ambiente pode diminuir e surgem comportamentos de vinculação como, por exemplo, chorar ou, para crianças mais velhas, chamar a figura de vinculação. Na presença da figura de vinculação observam-se comportamentos de base segura e partilha de afecto. Este padrão está associado a figuras de vinculação afectuosas, sensíveis, aceitantes e responsivas no cuidado às necessidades da criança e na interacção com ela (Idem).

O *padrão de vinculação inseguro ansioso/ambivalente* caracteriza-se por uma ambivalência de comportamentos, que alternam entre a procura de contacto com a figura de vinculação e a resistência activa a esse mesmo contacto (Ainsworth et al., 1978). As crianças que desenvolvem este tipo de padrão têm maior probabilidade de terem figuras de vinculação que prestam cuidados de forma inconsistente e que são pouco responsivas às suas necessidades (Idem). Este padrão está associado a um nível elevado de activação do sistema de vinculação, o que resulta numa constante procura de proximidade com a figura de vinculação (Cassidy & Berlin, 1994). Assim, o comportamento de exploração destas crianças é geralmente pobre, demonstrando grande passividade.

O *padrão de vinculação inseguro evitante* caracteriza-se pela presença de comportamentos de evitamento em relação à figura de vinculação, demonstrando uma reduzida tendência para a procura de proximidade, interacção ou contacto após um período de separação (Ainsworth et al., 1978). Durante a separação estas crianças manifestam uma aparente despreocupação em relação à ausência da figura de vinculação, mantendo um comportamento constante de exploração do ambiente e

manifestando grande interacção com os objectos. Estas crianças têm uma baixa tendência para mostrar comportamentos de vinculação (e.g., choro) bem como para procurar o contacto físico com a figura de vinculação. Esta figura é geralmente classificada como mais rejeitante, controladora e intrusiva, com um comportamento pouco afectuoso e alguma relutância ao contacto físico (Idem).

Na sequência dos estudos originais levados a cabo por Ainsworth et al. (1978), Main e Solomon (1990) constataram que existem algumas crianças que não são passíveis de serem classificadas em nenhum dos três padrões anteriormente definidos, já que o seu comportamento em situações de *stress* moderado baseava-se num conjunto de acções não organizadas e que deixava transparecer uma ausência de estratégia, o que resultava numa aparente falta de orientação para lidar com o ambiente. Assim, foi determinado que o traço comum entre estas crianças é precisamente a inexistência de uma organização coerente do sistema comportamental de vinculação para aquela figura de vinculação específica, optando-se por nomear este grupo como desorganizado/desorientado (Main & Solomon, 1990).

Em suma, a teoria da vinculação preconiza que as crianças estabelecem vínculos significativos com figuras prestadoras de cuidados, variando a qualidade desses vínculos em função da qualidade dos cuidados prestados pela figura de vinculação e do modo como a relação com esta figura é vivida pela criança. Como caracterizar então a relação que existe entre o sistema de prestação de cuidados e o sistema de vinculação?

2.3 Prestação de Cuidados e Vinculação

Os pais são, regra geral, os principais provedores de protecção, segurança e apoio, e as diferentes formas como eles desempenham esse papel podem ter consequências para o desenvolvimento sócio-emocional da criança ou, mais especificamente, para o seu sentimento de segurança na relação (Mikulincer & Shaver, 2007). A prestação de cuidados assume, assim, um papel vital na relação pais-filhos e é muitas vezes designada como o principal componente do comportamento parental (Idem).

Segundo a teoria da vinculação, os seres humanos nascem com a capacidade para desenvolver comportamentos de prestação de cuidados cujo objectivo seria o de providenciar apoio e protecção aos mais desprotegidos, com vista a promover um aumento da probabilidade de que elementos da espécie, com quem partilham genes,

consigam sobreviver e alcançar a idade reprodutiva (Bowlby, 1971, 1975, 1980; Hamilton, 1964). Assim, as duas principais funções do sistema de prestação de cuidados são comuns às de uma figura de vinculação segura: providenciar protecção e apoio ao outro em alturas de perigo ou ameaça, e apoio na exploração autónoma do ambiente em situação de segurança e quando o outro o desejar (Bowlby, 1971, 1975, 1980). Para que a experiência de prestação de cuidados seja positiva, o objectivo do prestador de cuidados e do receptor tem de se tornar congruente, o que se traduz por assegurar que as necessidades de segurança e apoio da pessoa dependente são satisfeitas (Mikulincer & Shaver, 2007).

Bowlby (1988) distinguiu vários padrões de funcionamento parental que constituem factores negativos no desenvolvimento da personalidade e da vinculação, designadamente: não responsividade persistente e/ou rejeição, e depreciação perante o comportamento de vinculação da criança por parte de uma ou ambas as figuras parentais; descontinuidade mais ou menos frequente da relação com a figura parental, incluindo períodos de hospitalização ou de permanência em outras instituições; ameaças constantes de deixar de gostar da criança, como forma de a controlar; ameaças de abandono do lar, como meio de coacção da criança ou do cônjuge; ameaças de fuga, suicídio ou morte; indução de culpa na criança mediante a sua responsabilização pela doença ou morte da figura parental; e inversão de papéis, por parte da figura parental, para que a criança actue como figura de vinculação, baseada no encorajamento inconsciente de um sentimento prematuro de responsabilidade para com os outros. Estas experiências podem conduzir a uma diminuição do limiar de activação do sistema comportamental de vinculação, resultando na adopção por parte da criança de estilos de vinculação inseguros (Bowlby, 1988).

Indivíduos com estilos de vinculação inseguros apresentam maiores dificuldades em providenciar cuidados de forma eficaz (e.g., Shaver & Hazan, 1988). Ainda que estas pessoas possuam algumas das qualidades e capacidades necessárias para cuidar adequadamente do outro, as suas dificuldades de regulação inter e intra-relacionais tornam-nas vulneráveis a situações de sofrimento pessoal, o que, por sua vez, interfere com a responsividade e sensibilidade para a prestação de cuidados. Pelo contrário, indivíduos com um padrão seguro de vinculação têm um maior sentimento de auto-eficácia e perspectivam mais facilmente os outros como merecedores de cuidado. O conforto com a intimidade permite-lhes aproximarem-se do outro em necessidade e as suas capacidades de regulação das emoções ajudam-nos a manter um equilíbrio que lhes

possibilita focarem-se mais profundamente na necessidade do outro (Ellard & Wortman, 1986; Batson, 1991; cit. por Mikulincer & Shaver, 2007). Uma vez que o sistema de vinculação e o sistema de prestação de cuidados se desenvolvem a par e se encontram interligados (Solomon & George, 1999), a investigação tem vindo cada vez mais a debruçar-se sobre o estudo das diferenças relacionadas com o estilo de vinculação no comportamento parental. Assim, surgem evidências de que mães com um tipo de vinculação segura são mais calorosas, responsivas e apoiantes em relação aos seus filhos, comparativamente com mães que apresentam padrões de vinculação inseguros (e.g., Adam, Gunnar, & Tanaka, 2004; Bosquet & Egeland, 2001; Bus & van IJzendoorn, 1992). Demonstrou-se também que mães com um estilo de vinculação inseguro, face a mães com um estilo de vinculação seguro, têm representações mentais mais negativas acerca dos seus filhos e avaliam-nos como mais predispostos a apresentarem problemas e a serem menos sociáveis (e.g., Pesonen, Raikonen, Keltikangas-Jarvinen, Strandberg, & Jarvenpaa, 2003).

No ponto seguinte analisam-se as características que o sistema de vinculação assume em crianças com idades compreendidas entre os 6 e os 12 anos.

2.4 Vinculação em Crianças em Idade Escolar

O sistema de vinculação está estreitamente relacionado com a manutenção da “segurança” e da diminuição dos níveis de *stress* da criança, como foi já mencionado anteriormente. À medida que o desenvolvimento motor, afectivo e cognitivo se vai processando, a proximidade à figura de vinculação transforma-se, dando lugar a uma distância progressivamente maior que resulta, sobretudo, da capacidade de interiorização da figura de vinculação por parte da criança. Assim, ao crescer, a criança vai modificando a sua relação com a figura de vinculação, tornando-se esta relação menos focada na manutenção da proximidade comportamental e mais centrada na sinalização mútua e na coordenação de planos (Cicchetti, Cummings, Greenberg, & Marvin, 1990). Decresce a activação do sistema comportamental da vinculação, mantendo-se, no entanto, uma associação entre o sentimento de segurança da criança e a acessibilidade por ela percebida da figura de vinculação (Parkes & Stevenson-Hinde, 1982).

Bowlby (1971, 1975, 1980) considerava que o desenvolvimento do comportamento de vinculação termina na quarta fase - *Formação de uma relação*

recíproca corrigida por objectivos - que ocorre por volta dos 3 anos de idade. No entanto, vários outros autores prolongam este desenvolvimento, conceptualizando a vinculação a partir do final do período pré-escolar como possuindo características distintas da relação recíproca (e.g., Waters, Kondo-Ikemura, Richters, & Posada, 1991). Assim, com a transição para o estágio da inteligência operatória, o foco do sistema de vinculação torna-se a aquisição da independência pela interiorização da base segura. Esta interiorização, que tende a ser ajustada e aperfeiçoada ao longo do tempo, permite um alargamento cada vez maior da exploração e das redes sociais da criança, substituindo, progressivamente, a proximidade física com a figura de vinculação pelo recurso à comunicação e a outras estratégias mais autónomas permissoras de que a relação com a figura de vinculação passe a ser de supervisão partilhada, isto é, que na ausência da supervisão directa seja possível manter ainda um certo grau de contacto e monitorização (Dias, Soares, & Freire, 2002; Waters et al., 1991). Pode considerar-se que, à medida que a criança cresce, os pais passam a assumir um papel de “figuras de vinculação na reserva”, sendo apenas convocadas em situações de dificuldade ou *stress* (Weiss, 1982).

O distanciamento face à presença física da figura de vinculação, a capacidade de se auto-protger cada vez melhor em situações de risco, assim como a auto-regulação de emoções e impulsos, todos eles necessários à integração em contextos extra-familiares como é o caso da escola, só poderão acontecer se a criança tiver sido alvo de uma protecção e apoio prévios adequados (Dias et al., 2002). Contudo, a aquisição de autonomia não invalida a necessidade de a criança perceber a figura de vinculação como disponível em situações de perigo e a importância da partilha de afectos (Idem). É precisamente através da procura crescente de autonomia e da independência dos cuidados prestados pelas figuras de vinculação da infância que é valorizado o sistema exploratório, fundamental para o alargamento da rede social e para o estabelecimento de relações afectivas que vão para além das relações familiares (Jongenelen, Carvalho, Mendes, & Soares, 2009). Os pais adquirem um papel extremamente importante já que estes podem também funcionar como figuras de vinculação uns em relação aos outros (e.g., Soares, 1996).

À medida que a criança cresce, a vinculação assume uma organização cada vez mais integrada, e que se diferencia da fragmentação da primeira infância, relativa às várias relações com diferentes figuras de vinculação, o que contribuirá para o

estabelecimento de um sentido de identidade própria que servirá de base ao estabelecimento de relações na vida adulta (e.g., van IJzendoorn, 1995).

2.5 Vinculação no Adulto

O alcançar da autonomia e da intimidade, juntamente com a consolidação da identidade, constituem as tarefas base do desenvolvimento do jovem adulto (Faria, Fonseca, Lima, Soares, & Klein, 2009). É pela organização da representação da vinculação infantil, que servirá como matriz a partir da qual serão construídos modelos acerca do *self* e dos outros, que o repertório comportamental se vai alargar, passando a incluir o sistema comportamental sexual e a prestação de cuidados, já referida anteriormente (Ainsworth, 1989; Bowlby, 1971, 1975, 1980; Hazan & Shaver, 1987). No entanto, as experiências de vinculação da infância não têm um carácter determinista e imutável, sendo antes influenciadas pelas experiências presentes (ver Faria, et al., 2009).

As relações de vinculação entre adultos caracterizam-se pela simetria e reciprocidade, assim como pela procura de um equilíbrio entre fornecer e receber segurança e conforto que confira sentimentos de pertença e partilha (ver Faria et al., 2009). A base segura é agora o centro das relações íntimas e permite o “crescimento”, não só dentro da relação como para além dela (Idem). A dimensão sexual assume um elemento diferenciador entre as relações amorosas e de amizade, constituindo o envolvimento sexual um objectivo associado à procura de proximidade, por oposição à procura de segurança que acontece na infância (Faria et al., 2009). O amor romântico é então visto como um processo de vinculação através do qual laços afectivos são formados (Shaver, Hazan, & Bradshaw, 1988).

M. Ainsworth (Ainsworth, 1985) faz referência a três sistemas comportamentais que estão envolvidos numa relação diádica heterossexual: 1) o sistema reprodutivo; 2) o sistema de prestação de cuidados; 3) o sistema de vinculação. Ainda que eles se constituam como sistemas independentes, que podem funcionar de forma autónoma, a sua interacção torna-se fundamental para alcançar a intimidade na relação.

Seguindo a mesma linha de pensamento de Bowlby, K. Bartholomew (1990; Bartholomew & Horowitz, 1991) propôs um novo modelo teórico de avaliação dos estilos de vinculação no adulto, conceptualizando duas dimensões subjacentes aos modelos internos dinâmicos - o modelo de si próprio na relação (positivo vs negativo) e

o modelo do outro significativo (positivo vs negativo) – definindo a intersecção entre estas duas dimensões quatro estilos principais de vinculação: o *estilo seguro*, o *estilo preocupado*, o *estilo amedrontado* e o *estilo desinvestido*. Estas dimensões surgem através da identificação, na teoria da vinculação (Bowlby, 1971, 1975, 1980), de duas características-chave na definição dos modelos internos dinâmicos da criança: 1) se a figura de vinculação é ou não considerada como o tipo de pessoa que, em geral, responde aos apelos de conforto e protecção; 2) se o *self* é julgado como sendo, ou não, o tipo de pessoa em relação a quem o outro, e a figura de vinculação em particular, tem tendência a responder de forma apoiante. Assim, a primeira característica diz respeito ao modelo do outro e a segunda ao modelo de si próprio na relação (Bartholomew & Horowitz, 1991). Conclui-se que, pessoas com um *estilo seguro* apresentam um modelo positivo de si próprio e do outro – sentido de merecimento pessoal conjugado com a expectativa de que os outros são, de forma geral, aceitantes e responsivos; no *estilo preocupado* existe um modelo negativo de si próprio e positivo (ainda que apreensivo) do outro – sentimento de falta de merecimento ou de incapacidade para ser amado combinado com uma avaliação positiva do outro que leva a uma busca pela auto-aceitação através do reconhecimento e amor do outro; o *estilo amedrontado* diz respeito a um modelo negativo de si próprio e do outro – sentimento de não merecimento e incapacidade de ser amado conjugado com a expectativa de que os outros são rejeitantes e pouco disponíveis, o que leva a pessoa a evitar estabelecer relações próximas com os outros por medo da rejeição; o *estilo desinvestido* remete para um modelo positivo de si próprio e negativo do outro – sentimento de amor-próprio combinado com uma predisposição negativa em relação ao outro, que leva a evitar o estabelecimento de relações próximas para afastar a desilusão e manter um sentimento de independência e invulnerabilidade.

K. Bartholomew desenvolveu ainda vários instrumentos que permitem avaliar as quatro dimensões de vinculação adulta, entre eles o *Relationship Questionnaire* (Bartholomew & Horowitz, 1991), cuja versão portuguesa (Moreira, 1995) foi utilizada no presente trabalho para avaliar o estilo de vinculação materno.

Capítulo 3 – Stress Parental e Vinculação: Estudos Empíricos

Neste terceiro capítulo apresentar-se-ão os resultados de algumas investigações, maioritariamente relativas a crianças mais novas, que avaliam a relação entre o *stress*

parental, a vinculação parental e os estilos de vinculação da criança, investigações essas que serviram de ponto de partida para a elaboração do presente trabalho.

A literatura relativa à teoria da vinculação apresenta o *stress* percebido como um dos principais activadores do sistema comportamental de vinculação (Bowlby, 1971, 1975, 1980). Este sistema, considerado homeostático, regula, como se referiu, a proximidade e o contacto mantido com figuras que providenciam segurança física ou psicológica (Idem). Se na infância estas figuras são constituídas maioritariamente pelos pais, a partir da adolescência os mesmos modelos relacionais focam-se na interacção com os pares, fornecendo esses modelos um conjunto de crenças, expectativas e atribuições que têm uma importante função ao nível da adaptação do indivíduo (e.g., West & Sheldon-Keller, 1994). Assim, a manutenção de relações positivas e seguras na infância apresenta-se como um factor preponderante no estabelecimento de relações interpessoais saudáveis (Franklin, 2005) que são de extrema importância durante toda a vida (Ainsworth, 1989; Bowlby, 1980). Estas relações precoces funcionam como modelos para o estabelecimento de futuras relações de intimidade como são exemplos a relação com o cônjuge/companheiro ou com os filhos (Franklin, 2005).

Um dos pressupostos fundamentais da teoria da vinculação é precisamente o facto de que o laço estabelecido entre a mãe (aqui apresentada como principal figura de vinculação) e a criança é facilitador da satisfação das necessidades de conforto, protecção e segurança em situações de *stress* da figura dependente, contribuindo também para a exploração do ambiente pela criança através da disponibilização de uma base segura (Bowlby, 1971, 1975, 1980).

Em situações de *stress* da criança a mãe é assim convocada a oferecer-se como figura securizante, mas o que acontecerá se o próprio sistema comportamental de vinculação da mãe for activado mediante a percepção desta de que a relação com a criança constitui ela mesma uma fonte de *stress*?

Diversas investigações avançam resultados no sentido de que o *stress* parental parece estar relacionado com a presença de estilos inseguros de vinculação em crianças mais novas (e.g., Casady et al., 2001; Emery et al., 2008; Hadadian & Merbler, 1996; Jarvis & Cressey, 1991; Reda & Hartshorn, 2008; Rholes et al., 2006; Scher & Mayseless, 2000), tendo sido ainda demonstrado que características maternas como a saúde e o bem-estar psicológico afectam não só a qualidade dos cuidados prestados, mas também a segurança da vinculação (Belsky, 1999a). O *stress* materno é um preditor dos problemas de comportamento da criança mais nova (e.g., Broadhead, Chilton, &

Crichton, 2009; Creasey & Jarvis, 1994), relacionando-se de forma significativa o *stress* resultante da relação mãe-criança com os problemas de internalização e de externalização da criança (Call, 1999). O *stress* parental está relacionado com atribuições negativas da mãe acerca da criança (Degroat, 2003), enquanto baixos níveis de *stress* parental contribuem para uma relação mãe-filho/a positiva (Hadadian & Merbler, 1996).

Hart (1985, cit. por Franklin, 2005), num estudo relativo à qualidade da vinculação da criança e que utiliza o *Parenting Stress Index* (PSI), instrumento também usado no presente trabalho, encontrou diferenças significativas entre pais de crianças com um padrão de vinculação seguro e inseguro, tanto no Domínio da Criança como no Domínio dos Pais, para ambos os progenitores. Neste estudo os resultados indicam que, no caso do pai, existem diferenças no que diz respeito aos dois estilos inseguros de vinculação: bebés com um estilo de vinculação ambivalente têm pais com níveis de *stress* mais elevados enquanto bebés com um estilo de vinculação evitante são percebidos como menos intrusivos, experimentando o pai níveis de *stress* mais baixos. Relativamente à mãe, conclui-se que as mães de crianças com um padrão de vinculação inseguro-ambivalente e inseguro-evitante apresentam níveis de *stress* mais elevados face a mães com filhos que exibem um padrão de vinculação seguro. Num outro estudo, mães de crianças com estilos de vinculação segura prestam mais cuidados e exibem mais afecto, são mais responsivas aos sinais do bebé e promovem uma relação mais positiva com a criança, sendo que mães de crianças que apresentam maior dificuldade comportamental são menos sensíveis nos cuidados prestados à criança (ver Pederson et al., 1990).

A abordagem empírica relativa ao estilo de vinculação dos pais é também encontrada na literatura. Assim, os pais com estilos de vinculação inseguros experimentam mais *stress* no desempenho do seu papel parental do que os pais com padrões seguros de vinculação (e.g., Mcgriff, 2000; Rholes et al., 2006; Townsend, 2001; Zuck, 2010). Segundo van IJzendoorn (1995), pais “seguros”, comparativamente com os “inseguros”, parecem ainda perceber os comportamentos de vinculação da criança de forma mais precisa, mostrando-se mais capazes e disponíveis para reagir prontamente e de forma adequada às necessidades da criança.

No que diz respeito à percepção da vinculação da criança em função da vinculação parental, a investigação tem conduzido a conclusões contraditórias. Main, Kaplan e Cassidy (Main, Kaplan, & Cassidy, 1985) observaram que a maneira como os

adultos classificavam as suas relações de vinculação da infância estava sistematicamente relacionada com o estilo de vinculação apresentado pelos seus filhos. Foi também concluído que a vinculação parental funciona como um preditor da vinculação da criança, explicando cerca de metade da variância da vinculação infantil (van IJzendoorn, 1995). Este resultado é concordante com os de outros estudos empíricos em que se verificou que existe uma transmissão de estilos de vinculação na família (e.g., Benoit & Parker, 1994; Hautamäki, Hautamäki, Neuvonen, & Maliniemi-Piispanen, 2010). No entanto, outros autores apontam para que não há uma relação significativa entre o estilo de vinculação materno e o estilo de vinculação da criança (e.g., Call, 1999; Emery et al., 2008).

Pode concluir-se que, segundo o que foi encontrado na literatura, tanto o estilo de vinculação parental como o estilo de vinculação da criança parecem ter um efeito no *stress* experimentados pelos pais, relacionando-se este *stress* com estilos inseguros de vinculação. Por outro lado, a relação entre a vinculação parental e a vinculação da criança ainda não está completamente clarificada, apontando uns estudos para a existência desta relação enquanto outros a negam.

O objecto de estudo do presente trabalho é a caracterização destas dimensões e das suas relações, tendo as crianças-alvo uma idade compreendida entre os 7 e os 12 anos, faixa etária que não tem merecido muita atenção no âmbito da investigação que aborda a temática em causa.

Capítulo 4 – Objectivos e Hipóteses

Seguidamente descrevem-se os objectivos, gerais e específicos, definidos para o presente estudo (ponto 4.1), assim como as hipóteses formuladas com base na revisão de literatura realizada (ponto 4.2).

4.1 Objectivos

Objectivo Geral 1: Analisar, numa amostra de mães de crianças em idade escolar, o *stress* parental em função do estilo de vinculação da mãe.

Objectivo Específico:

Determinar se ocorrem diferenças entre as mães com uma vinculação segura e com uma vinculação insegura no *stress* parental experimentado (Domínio da Criança e Domínio dos Pais).

Objectivo Geral 2: Analisar o estilo de vinculação da criança em função do estilo de vinculação das mães.

Objectivo Específico:

Averiguar se há diferenças entre mães com uma vinculação segura e com uma vinculação insegura na percepção do estilo de vinculação da criança.

Objectivo Geral 3: Determinar se o estilo de vinculação da criança (perspectiva materna) se constitui como preditor do *stress* parental.

Objectivo Específico:

Averiguar se a percepção materna do estilo de vinculação da criança – estilo seguro, estilo ansioso/ambivalente, estilo evitante – prediz o *stress* parental (Domínio da Criança ou Domínio dos Pais).

Objectivo Geral 4: Analisar a relação do *stress* parental, do estilo de vinculação materno e do estilo de vinculação da criança com variáveis sócio-demográficas.

Objectivo Específico:

Examinar a relação do *stress* parental e do estilo de vinculação da mãe, assim como a sua percepção do estilo de vinculação da criança, com variáveis sócio-demográficas:

- a) Relativas à mãe – Idade, estado civil, escolaridade e número de filhos.
- b) Relativas à criança – Sexo, idade, aproveitamento escolar, presença de doença e principal cuidador da criança.

4.2 Hipóteses

Hipótese 1: Espera-se que mães com um estilo de vinculação de tipo seguro, comparativamente com as mães com um estilo de vinculação inseguro, apresentem níveis de *stress* parental mais baixos.

Hipótese 2: Prevê-se que mães que apresentem um estilo de vinculação seguro, comparativamente com as mães com um estilo de vinculação inseguro, percepcionem mais comportamentos de estilo de vinculação seguro nos filhos.

Hipótese 3: Espera-se que a percepção materna do estilo de vinculação da criança se constitua como um preditor dos níveis de *stress* parental experimentados pelas mães (Domínio da Criança/Domínio dos Pais), sendo que, crianças que apresentem mais comportamentos que correspondem a um estilo de vinculação seguro, têm mães com níveis mais baixos de *stress* parental, associado quer com as características da criança (Domínio da Criança) quer com as características da mãe (Domínio dos Pais).

Hipótese 4: Estima-se que alguma ou algumas das variáveis sócio-demográficas consideradas relativamente à mãe se correlacionem com o *stress* parental e/ou com o estilo de vinculação da mãe e/ou com o estilo de vinculação da criança, não se apresentando uma maior especificação dado o pouco suporte empírico e a inconsistência de resultados na literatura.

Hipótese 5: Estima-se que alguma ou algumas das variáveis sócio-demográficas consideradas relativamente à criança se correlacionem com o *stress* parental e/ou com o estilo de vinculação da mãe e/ou com o estilo de vinculação da criança, não se apresentando, mais uma vez, uma maior especificação dado o pouco suporte empírico e a inconsistência de resultados na literatura.

Capítulo 5 – Método

Neste capítulo começa por se caracterizar a amostra recolhida (ponto 5.1), em seguida são apresentados os instrumentos utilizados (ponto 5.2) e, finalmente, faz-se menção ao procedimento (ponto 5.3) e aos procedimentos estatísticos (ponto 5.4).

5.1 Participantes

A caracterização da amostra foi elaborada com base em informação recolhida através de uma Ficha de Recolha de Informação, construída no âmbito do presente trabalho (ver Anexo I). Apresenta-se primeiro a caracterização das mães e depois a das crianças-alvo, incidindo-se em informação sócio-demográfica e do agregado familiar.

5.1.1 Caracterização das Mães

Participaram neste estudo 73 mães de crianças em idade escolar. A média de idades é de 39.58 anos ($DP = 4.49$), com uma idade mínima de 24 anos e uma idade máxima de 50 anos.

No que diz respeito à nacionalidade das mães, 69 são de nacionalidade portuguesa (94.5%), duas de nacionalidade holandesa (2.7%), uma de nacionalidade brasileira (1.4%) e uma de nacionalidade angolana (1.4%). Quanto à etnia, das 65 mães face às quais foi possível obter informação, 60 são de etnia lusa (92.3%), três são indianas (4.6%) e duas caucasianas (3.1%).

A maioria das mães é casada ou vive em união de facto (86.3%), 4.1% são solteiras e 9.6% estão divorciadas ou separadas. De um total de 67 que facultaram informação, 54 não têm casamentos/uniões de facto anteriores (80.6%), 12 têm um casamento/união de facto anterior (17.9%) e apenas uma mãe refere dois casamentos/uniões de facto deste tipo (1.5%).

Quanto ao número de filhos, este varia entre um e seis ($M = 2.33$, $DP = 1.00$), verificando-se que 11 mães têm apenas um filho (15.1%), 37 têm dois (50.7%), 18 têm três (24.7%), cinco têm quatro (6.8%), uma tem cinco (1.4%) e uma tem seis filhos (1.4%). A média da idade dos filhos é 8.88 anos ($DP = 4.30$).

O tipo de família predominante na amostra em estudo é a família nuclear - 84.3% -, existindo ainda nove famílias monoparentais (12.9%) e duas famílias reconstruídas (2.9%); face a três famílias não foi possível obter informação.

No Quadro 1 figuram as frequências e percentagens referentes ao nível de escolaridade das mães. Constata-se que a maioria das mães frequentou o Ensino Superior (72.6%) e que não existem na amostra mães com uma escolaridade inferior a sete anos.

Quadro 1

Nível de Escolaridade das Mães – Frequências e Percentagens (%)

Escolaridade das Mães	Frequências	%
7 a 9 anos de escolaridade	4	5.5
10 a 12 anos de escolaridade	14	19.2
Ensino Profissional	2	2.7
Ensino Superior	53	72.6

Nota. N=73

No que diz respeito à profissão, e com base em 72 respostas, sobressai que, no momento da recolha da informação, uma mãe estava em situação de desemprego (1.4%), uma define a sua categoria profissional como voluntária (1.4%) e oito assumem-se como domésticas (11.1%). No Quadro 2 apresentam-se as frequências e percentagens relativas à Categoria Profissional das mães que declaram actividade laboral, de acordo com a Classificação Portuguesa das Profissões 2010, versão de 2011 (Instituto Nacional de Estatística, 2011). Observa-se que as mães distribuem-se apenas por seis das dez Categorias possíveis, recaindo a maior percentagem (44.4%) na Categoria “Especialistas das actividades intelectuais e científicas”. De referir a existência de uma mãe pertencente à Categoria “Trabalhadores não qualificados” (1.4%).

Quadro 2

Categoria Profissional das Mães - Frequências e Percentagens (%)

Categoria Profissional das Mães	Frequências	%
Representantes do Poder legislativo e de órgãos executivos, dirigentes, directores e gestores executivos	5	6.9
Especialistas das actividades intelectuais e científicas	32	44.4
Técnicos e profissões de nível intermédio	13	18.1
Pessoal administrativo	6	8.3
Trabalhadores dos serviços pessoais, de protecção e segurança e vendedores	5	6.9
Trabalhadores não qualificados	1	1.4

Nota. N=62

Face a eventuais doenças da mãe, destaca-se que 93.2% das mães não apresentam qualquer tipo de doença, sofrendo 6.8% de doença física e/ou psicológica (doenças respiratórias, Fibromialgia, Esclerose Múltipla e Depressão; em dois casos não houve especificação do tipo de doença).

5.1.2 Caracterização das Crianças-Alvo

No que diz respeito às crianças-alvo (em número de 73), 22 são do sexo masculino (30.1%) e 51 do sexo feminino (69.9%). As suas idades estão compreendidas

entre os 84 e os 144 meses (7 a 12 anos), sendo a idade média 114.78 meses ($DP = 18.59$).

A nacionalidade predominante das crianças é a portuguesa (97.3%), existindo duas crianças de nacionalidade holandesa (2.7%). Quanto à etnia, das 66 crianças relativamente às quais foi possível obter informação, 59 são de etnia lusa (89.4%), três de etnia indiana (4.5%), uma é africana (1.5%), duas são caucasianas (3%) e uma é luso-africana (1.5%).

No Quadro 3 indicam-se as frequências e percentagens correspondentes ao ano de escolaridade frequentado pelas crianças. Observa-se que quase metade das crianças frequenta o 2º Ano (27.4%) ou o 6º Ano (21.9%) e apenas uma frequenta o 1º Ano de escolaridade (1.4%).

Quadro 3

Ano de Escolaridade da Criança – Frequências e Percentagens (%)

Ano de Escolaridade	Frequência	%
1º Ano	1	1.4
2º Ano	20	27.4
3º Ano	12	16.4
4º Ano	12	16.4
5º Ano	12	16.4
6º Ano	16	21.9

Nota. N=73

Quanto ao aproveitamento escolar das crianças, 25 têm um aproveitamento “Muito Bom” (34.2%), 33 têm “Bom” aproveitamento (45.2%), 14 têm “Médio” (19.2%) e uma tem “Mau” aproveitamento (1.4%). De 71 crianças, 66 não apresentam reprovações escolares (93%), quatro têm uma reprovação e uma criança tem duas.

Relativamente à existência de doença na criança, 59 crianças não são portadoras de qualquer doença (80.8%) e 14 apresentam alguma doença física (19.2 %) – doenças da visão, respiratórias, infecciosas e enxaquecas – e/ou psicológica – Perturbação de Hiperactividade com Défice de Atenção (três crianças) e Perturbação do Espectro do Autismo (uma criança).

Das 73 crianças-alvo, 17 têm história de internamentos hospitalares (23.3%) e quatro já viveram um período de tempo separadas da mãe (5.5%).

Como principal cuidador da criança é apresentada a mãe em 39 casos (53.4%), ambos os pais em 29 (39.7%), o pai apenas numa situação (1.4%), a mãe adoptiva num caso (1.4%) e uma conjugação de mãe-padrasto/mãe-avó em três outras situações (4.1%).

5.2 Instrumentos

Apresentam-se a seguir os instrumentos utilizados com vista a avaliar as dimensões em estudo. Começa-se por fazer uma breve descrição do Índice de *Stress* Parental (Abidin & Santos, 2003), utilizado para avaliar o *stress* parental das mães, depois o Questionário de Estilo Relacional (Bartholomew & Horowitz, 1991; versão portuguesa de Moreira, 1995), que avalia o estilo de vinculação das mães e, por fim, o Inventário sobre a Vinculação na Infância e Adolescência (Carvalho, Soares, & Baptista, 2006), versão de hetero-avaliação, usado para caracterizar o estilo de vinculação da criança. Apresenta-se ainda a Ficha de Recolha de Informação elaborada no âmbito do presente estudo para recolha de informação sócio-demográfica.

5.2.1 Índice de *Stress* Parental

O Índice de *Stress* Parental (ISP) constitui a versão portuguesa do *Parenting Stress Index* (PSI), desenvolvido por R. Abidin em 1983 (ver Abidin, 1995). A adaptação portuguesa deste instrumento, realizada por S. V. Santos (ver Abidin & Santos, 2003; Santos, 2008), foi utilizada na presente investigação para avaliar o *stress* parental das mães que constituem a amostra em estudo.

O ISP tem como objectivo avaliar a intensidade de *stress* experienciado na relação pais-criança e identificar as principais fontes de *stress* nessa mesma relação. Apresentado sob a forma de um questionário de aplicação individual, o ISP é um instrumento de auto-relato que pode ser utilizado em contexto clínico ou de investigação, no despiste e diagnóstico precoces de sistemas parentais sob *stress*, ou servindo ainda como medida da eficácia de uma determinada intervenção (Santos, 2008). Trata-se de um questionário que pode ser respondido quer pela mãe, quer pelo pai. O tempo de aplicação é, aproximadamente, 20 a 30 minutos, não existindo, no entanto, um limite de tempo para o seu preenchimento. As normas portuguesas são referentes a crianças com idades compreendidas entre os 5 e os 10 anos, ainda que a escala americana tenha sido estudada até aos 12 anos de idade (Abidin & Santos, 2003).

Apresentado sob a forma de um caderno, o ISP é constituído por 108 itens distribuídos por dois domínios – Domínio da Criança e Domínio dos Pais – cada um deles com 54 itens agrupados em diversas subescalas. Os pais devem assinalar na Folha de Respostas a escolha que melhor descreve os seus sentimentos através de uma escala de 5 pontos (1 - Concordo Completamente, 2 - Concordo, 3 - Não tenho a certeza, 4 - Discordo, 5 - Discordo Completamente). Inclui ainda uma escala opcional de *Stress* de Vida que é constituída por 24 itens. A resposta a esta escala é dicotómica (Sim/Não), devendo os pais atender à adequação do conteúdo do item à sua situação de vida nos últimos 12 meses.

Como referido anteriormente, o ISP permite avaliar dois domínios principais de fontes de *stress*: características referentes à criança – Domínio da Criança – e características dos pais – Domínio dos Pais (Abidin & Santos, 2003). As sete subescalas do Domínio da Criança (Distracção/Hiperactividade; Reforço aos Pais; Humor; Aceitação; Maleabilidade de Adaptação; Exigências; Autonomia) avaliam aspectos relativos ao temperamento da criança e ao impacto que esses aspectos têm neles próprios (Santos, 2008). O Domínio dos Pais, constituído igualmente por sete subescalas (Sentido de Competência; Vinculação; Restrição do Papel; Depressão; Relação Marido/Mulher; Isolamento Social; Saúde Parental), avalia, por sua vez, características pessoais dos pais e outras variáveis familiares que influenciam a sua resposta às tarefas e exigências da função parental (Idem). A subescala de Autonomia, pertencente ao Domínio da Criança, é exclusiva da versão portuguesa do instrumento, tendo sido acrescentada para abranger o que foi considerado ser uma fonte geradora de *stress* na cultura portuguesa - a vivência do processo de autonomização da criança (ver Santos, 2008). Contudo, esta subescala não foi incluída no presente estudo devido à sua baixa precisão.

A escala de *Stress* de Vida pretende informar sobre características do contexto situacional e/ou demográfico externas à relação pais-criança, mas que poderão estar a interferir na mesma, constituindo-se como fontes de *stress*.

A cotação do ISP é feita informaticamente, atribuindo-se um valor de 1 a 5 a cada item que integra as diferentes subescalas. Resultados mais altos indicam níveis mais elevados de *stress* parental. É possível obter resultados por subescala, por Domínio e um resultado Total que corresponde ao somatório dos dois Domínios (Abidin & Santos, 2003). Esta discriminação de resultados permite perceber qual o Domínio em que o *stress* parece estar mais presente e identificar fontes específicas de *stress* dentro

de um Domínio particular (Santos, 2008). O resultado da escala *Stress* de Vida é independente dos outros resultados e a pontuação dos itens varia entre 1 e 8 (Idem).

O Índice de *Stress* Parental apresenta uma boa consistência interna ao nível dos Domínios e do resultado Total, sendo os coeficientes Alpha de Cronbach de .89 para o Domínio da Criança, .91 para o Domínio dos Pais e .94 para o resultado Total (Abidin & Santos, 2003). Foi verificada ainda uma boa estabilidade de resultados num período de três meses (Idem).

No presente estudo os coeficientes Alpha de Cronbach obtidos foram: .94 para o Domínio da Criança, .89 para o Domínio dos Pais e .95 para o Total.

5.2.2 Questionário de Estilo Relacional

O Questionário de Estilo Relacional corresponde à versão portuguesa do *Relationship Questionnaire* (RQ) desenvolvido por Bartholomew e Horowitz, em 1991. A tradução e adaptação portuguesa deste instrumento, realizada por J. Moreira (ver Moreira, 1995), foi utilizada no presente estudo para avaliar o estilo relacional predominante das mães.

O Questionário de Estilo Relacional constitui uma medida breve desenvolvida com base nos trabalhos de Bowlby (1971, 1975, 1980), Ainsworth (Ainsworth et al., 1978) e Main e Solomon (1990), e que parte dos três protótipos de vinculação (seguro, ansioso e evitante) desenvolvidos por Hazan e Shaver nos seus parágrafos (ver Hazan & Shaver, 1987). Na sua fundamentação encontra-se o modelo bi-dimensional de avaliação da vinculação do adulto desenvolvido por Bartholomew (1990; Bartholomew & Horowitz, 1991) em que a positividade e a negatividade do modelo de si próprio e do modelo do outro interagem de modo a formar quatro padrões de vinculação. Estes padrões, subjacentes aos modelos internos dinâmicos, representam expectativas acerca do valor do *Self* e da percepção da disponibilidade e acessibilidade dos outros (Idem). Assim, surgem quatro estilos de regulação emocional e comportamental em situações de proximidade afectiva: estilo seguro, estilo preocupado, estilo amedrontado e estilo desinvestido (Idem). *O estilo seguro* corresponde a um modelo positivo de si próprio e do outro. *O estilo preocupado* diz respeito a um modelo negativo de si próprio e positivo do outro. *O estilo amedrontado* implica um modelo negativo de si próprio e do outro. Finalmente, *o estilo desinvestido* está relacionado com um modelo positivo de si próprio e negativo do outro.

Uma breve descrição de cada um dos quatro estilos de vinculação é apresentada através de um parágrafo constituído por várias frases. Ao respondente é pedido que, mediante os quatro estilos de relacionamento apresentados, avalie: 1) em que grau cada um dos estilos corresponde ao seu estilo geral de relacionamento; e 2) dos estilos apresentados seleccione um que melhor o descreve. Para a tarefa 1 – “em que grau cada um dos estilos corresponde ao seu estilo geral de relacionamento” – é apresentada uma escala de tipo Likert de 7 pontos, em que o valor 1 corresponde a “Não tem nada a ver comigo”, o valor 4 corresponde a “Tem algo a ver comigo” e o valor 7 corresponde a “Tem muito a ver comigo” (Moreira, 1995).

Os parágrafos de Bartholomew podem ser usados apenas como escolha múltipla ou como uma *rating-scale* para cada um dos estilos de vinculação apresentados (Moreira, 1995). Com vista à classificação de cada participante mediante um estilo de vinculação que melhor o descreva, pode utilizar-se o estilo de vinculação que teve uma pontuação mais elevada na escala, assumindo-se que esse é o estilo dominante. Em caso de dois ou mais protótipos de vinculação terem sido classificados com o mesmo valor, recorre-se à selecção, efectuada pelo respondente, do parágrafo que melhor o descreve (tarefa 2) e assume-se esse estilo como dominante. Se o participante não realizou a segunda tarefa apresentada e existe um empate entre dois estilos na *rating-scale*, o investigador poderá utilizar um método aleatório que permita escolher um dos dois estilos com valores mais elevados como dominante. No entanto, se este empate for entre três ou entre os quatro estilos apresentados, o questionário não será considerado válido e os seus dados não poderão ser utilizados (Bartholomew & Horowitz, 1991).

5.2.3 Inventário sobre a Vinculação na Infância e Adolescência

O Inventário sobre a Vinculação na Infância e Adolescência (IVIA) foi desenvolvido por Carvalho, Soares e Baptista (2006), com o objectivo de avaliar um conjunto de comportamentos e representações de vinculação na infância e adolescência com base nos relatos das crianças/dos jovens (auto-avaliação) e nos relatos parentais (hetero-avaliação), sendo as idades de aplicação dos 7 aos 17 anos (Carvalho, 2007).

A construção do IVIA foi fundamentada nos modelos teóricos de Bowlby (1971, 1975, 1980) e Ainsworth (Ainsworth et al., 1978), assim como noutras medidas de auto-relato utilizadas na avaliação da vinculação na infância, adolescência e idade adulta. Ele

incide sobre três dimensões da vinculação: vinculação segura, vinculação ansiosa/ambivalente e vinculação evitante (Carvalho, 2007).

Tanto na versão de auto-avaliação como na de hetero-avaliação a resposta é dada com base numa escala de tipo Likert de 5 pontos (1 - Nunca, 2 - Algumas Vezes, 3 - Muitas Vezes, 4 - Quase Sempre, 5 - Sempre). O somatório das respostas aos itens que integram cada uma das três dimensões de vinculação permite obter um resultado para cada uma delas. Resultados mais elevados em cada dimensão correspondem a maior frequência de comportamentos e representações de vinculação daquele estilo específico (Carvalho, 2007).

Na versão de auto-avaliação os jovens devem avaliar e assinalar o número que corresponde à frequência com que, habitualmente, experimentam cada pensamento ou comportamento descrito. No caso da versão de hetero-avaliação os pais devem assinalar o número correspondente à frequência que acreditam descrever melhor os pensamentos e comportamentos do seu filho ou filha.

Os estudos factoriais e de validade realizados em ambas as versões (Carvalho et al., 2006) suportam a sua utilização na avaliação da vinculação na infância e adolescência, a ser usada por diferentes informantes, sendo os valores de consistência interna obtidos satisfatórios (Carvalho, 2007). Para a versão de auto-avaliação os valores dos coeficientes Alpha de Cronbach foram .83 (vinculação segura), .85 (vinculação ansiosa/ambivalente) e .71 (vinculação evitante). No que diz respeito à versão de hetero-avaliação estes valores foram .81 (vinculação segura), .82 (vinculação ansiosa/ambivalente) e .72 (vinculação evitante) (Idem).

No presente estudo foi utilizada apenas a versão de hetero-avaliação, preenchida pela mãe da criança. Os coeficientes Alpha de Cronbach obtidos foram igualmente satisfatórios: .85 para a vinculação segura, .81 para a vinculação ambivalente e .70 para a vinculação evitante.

5.2.4 Ficha de Recolha de Informação

No âmbito do presente trabalho foi elaborada, como se mencionou anteriormente, uma Ficha de Recolha de Informação (ver Anexo I), para ser preenchida pelas mães, com o objectivo de recolher informação específica. Esta ficha encontra-se dividida em duas partes. Descreve-se em seguida cada uma delas.

A primeira parte da Ficha de Recolha de Informação é relativa aos dados sócio-demográficos da mãe (por exemplo, idade, nacionalidade, estado civil, escolaridade, profissão), e do agregado familiar (por exemplo, idade e profissão do cônjuge, constituição do agregado familiar, número de filhos). Explora-se ainda informação relativa ao estado de saúde da mãe.

A segunda parte engloba questões referentes à criança, incidindo em informação sócio-demográfica (por exemplo, sexo, idade, nacionalidade), e relativa ao aproveitamento escolar da criança, história de saúde e hospitalizações, e períodos de separação mãe-criança. Por fim, é ainda colocada uma questão com vista a averiguar quem exerce as funções de principal cuidador da criança.

A Ficha de Recolha de Informação inclui questões de resposta aberta e fechada, pertencendo a maioria a este último tipo. As questões abertas foram categorizadas consoante o seu conteúdo. As questões de resposta dicotómica (“Sim” / “Não”) foram cotadas atribuindo-se o valor 0 às respostas negativas (“Não”) e o valor 1 às respostas positivas (“Sim”). Já no caso da Questão 20, que remete para o aproveitamento escolar da criança, em que a resposta é dada numa escala de cinco pontos (“Muito Bom”, “Bom”, “Médio”, “Mau” e “Muito Mau”), foi atribuído um valor de 1 a 5, correspondendo o valor máximo (5) a uma resposta que reflecte um conteúdo mais negativo (“Muito Mau”) e o valor mínimo (1) a uma resposta que possui um carácter mais positivo (“Muito Bom”).

5.3 Procedimento

A amostra de mães do estudo que agora se apresenta foi recolhida no Colégio S. José – Ramalhão e junto do Grupo de Escuteiros 78 de Benfica, entre Março e Abril de 2011.

Em ambos os casos foi solicitada a devida autorização para a recolha da amostra, obtendo-se o consentimento, respectivamente, da Directora Pedagógica e do Chefe do grupo escotista. A obtenção da autorização requereu uma reunião inicial para apresentação do projecto de investigação, focando os objectivos, os instrumentos a utilizar e o procedimento a adoptar. No caso do Colégio, a esta reunião com a direcção seguiu-se um segundo encontro com uma das psicólogas da instituição para apresentação dos instrumentos e operacionalização do processo de recolha da amostra. Esta Psicóloga serviu de mediadora entre a autora do estudo e os Directores de Turma

dos alunos da faixa etária abrangida pelo presente trabalho (do segundo ao sexto anos de escolaridade), que distribuíram e recolheram o material nas diversas fases do processo.

Após terem sido seleccionadas as turmas que pertenciam à faixa etária visada, ou as crianças no caso do grupo escotista, foi entregue às mães um documento com informação específica onde eram explicados a natureza e objectivos da investigação, assegurada a confidencialidade e o anonimato, e em que se solicitava a sua participação, pedindo-se o consentimento informado por escrito (ver Anexo II). Posteriormente à obtenção deste consentimento, às mães que aceitaram participar era distribuído um envelope com os instrumentos utilizados no estudo (ISP, IVIA e RQ), juntamente com a Ficha de Recolha de Informação, e uma Folha de Instruções (ver Anexo III com exemplar de Folha de Instruções – modelo utilizado no Colégio). Este envelope era selado pelas mães após o preenchimento do material.

No Colégio S. José o envelope com o material era entregue aos Directores de Turma e posteriormente recolhido pela investigadora. No caso do grupo escotista existiu um contacto directo com as mães durante a entrega e recolha do consentimento informado e dos questionários, ainda que o preenchimento dos mesmos tenha sido sempre realizado de forma individual e sem auxílio.

A amostra recolhida é, assim, uma amostra de conveniência.

5.4 Procedimentos Estatísticos

Para a análise dos dados obtidos foi utilizado o programa estatístico SPSS – versão 19 (*Statistical Package for the Social Sciences*).

Recorreu-se à estatística descritiva, calculando-se frequências e percentagens, médias, desvios-padrão e valores mínimos e máximos, em função do tipo de variáveis envolvidas (variáveis dicotómicas/categoriais ou contínuas).

Para a comparação de dois grupos utilizou-se o teste paramétrico t de Student para duas amostras independentes.

Para o estudo da relação linear entre variáveis utilizaram-se técnicas estatísticas que visam obter uma medida do grau de associação entre elas, nomeadamente o coeficiente de correlação de Pearson quando se visava a relação linear entre variáveis métricas, o coeficiente de Spearman quando a relação linear se estabelecia entre variáveis métricas e variáveis ordinais, e o coeficiente de correlação bisserial por pontos

para a relação entre variáveis métricas e variáveis dicotómicas. No caso de duas variáveis dicotómicas utilizou-se o teste de Qui-quadrado (χ^2).

Para determinar os preditores do *stress* parental foram realizadas duas análises de regressão linear múltipla, constituindo-se como variáveis predictoras as dimensões relativas à percepção materna do estilo de vinculação da criança (IVIA) e como variável critério o Domínio da Criança do ISP ou o Domínio dos Pais do mesmo instrumento. Para averiguar a multicolinearidade foi utilizado o cálculo do *Variance Inflation Factor* – VIF; foi também usado o teste de Durbin-Watson para testar a hipótese de autocorrelação dos resíduos.

Por último, foram calculados os coeficientes Alpha de Cronbach com o objectivo de determinar a consistência interna do ISP e do IVIA, figurando os resultados nos pontos 5.2.1 e 5.2.3, no final da apresentação de cada instrumento.

Capítulo 6 – Resultados

Este capítulo integra os resultados obtidos no presente trabalho. Começa por caracterizar-se descritivamente o *stress* parental, o estilo de vinculação das mães da amostra e o estilo de vinculação das crianças-alvo (ponto 6.1). Em seguida apresentam-se os resultados da comparação de grupos, em função do estilo de vinculação materno, face ao *stress* parental (ponto 6.2) e ao estilo de vinculação da criança (ponto 6.3). O estudo de predição do *stress* parental (Domínio da Criança/Domínios dos Pais), com base na vinculação da criança, é exposto no ponto 6.4. Por último, apresentam-se os resultados referentes à relação do *stress* parental, do estilo de vinculação materno e do estilo de vinculação da criança com variáveis sócio-demográficas relativas à mãe e à criança (ponto 6.5).

6.1 Caracterização Descritiva do *Stress* Parental, do Estilo de Vinculação das Mães e do Estilo de Vinculação das Crianças

Stress Parental

Apresentam-se a seguir os resultados descritivos relativos ao *stress* parental, avaliado, como mencionado anteriormente, através do Índice de *Stress* Parental (ISP) – adaptação portuguesa do Parenting *Stress* Index (Abidin & Santos, 2003). No Quadro 4

discriminam-se as médias e os desvios-padrão para as subescalas, Domínios e Total de *Stress*, assim como os valores mínimos e máximos obtidos e teóricos.

Pode observar-se que os valores mínimos obtidos são iguais ou próximos aos valores mínimos teóricos. Os valores máximos teóricos nunca são atingidos. Os valores do *DP* indicam que existe variabilidade nas respostas, sendo esta menor, no Domínio da Criança, face à subescala Reforço aos Pais e, no Domínio dos Pais, para a subescala Vinculação. Os valores médios apontam para que as mães da amostra, como grupo, não experimentam níveis elevados de *stress* (valores mais próximos dos limites inferiores do que dos limites superiores).

Quadro 4

ISP – Médias (M), Desvios-Padrão (DP) e Valores Mínimos e Máximos (Obtidos e Teóricos)

	N.º Itens	<i>M</i>	<i>DP</i>	Mínimos Obtidos/ Teóricos	Máximos Obtidos/ Teóricos
Domínio da Criança	46	85.73	21.67	50/46	152/230
Distracção/Hiperactividade	8	18.41	5.66	8/8	34/40
Reforço aos Pais	6	8.36	2.54	6/6	17/30
Humor	4	7.95	2.72	4/4	16/20
Aceitação	8	12.97	4.72	8/8	27/40
Maleabilidade de Adaptação	12	23.01	6.00	12/12	37/60
Exigência	8	15.03	4.89	8/8	28/40
Domínio dos Pais	54	103.64	22.14	62/54	162/270
Sentido de Competência	13	22.56	6.49	13/13	45/65
Vinculação	7	10.92	2.84	7/7	21/35
Restrição do Papel	7	15.33	4.49	7/7	27/35
Depressão	9	16.19	5.19	9/9	34/45
Relação Marido/Mulher	7	15.55	4.93	7/7	28/35
Isolamento Social	6	11.97	3.25	6/6	22/30
Saúde	5	11.11	3.22	6/5	21/25
Total de Stress	100	189.38	39.91	113/100	284/500

Nota. N=73

Foi realizada, com carácter exploratório, uma comparação estatística dos resultados obtidos no presente estudo com os resultados da amostra normativa do ISP (o Quadro com os resultados obtidos pode ser consultado no Anexo IV). Esta análise veio

confirmar que, de facto, as mães se distinguem desta amostra em todas as medidas, obtendo resultados significativamente mais baixos, com excepção da subescala Relação Marido/Mulher (com uma média equivalente) e da Escala de *Stress* de Vida (com um valor médio superior).

Estilo de Vinculação das Mães

O estilo de vinculação da mãe foi avaliado, como já referido, com a adaptação portuguesa do *Relationship Questionnaire* (RQ), o Questionário de Estilo Relacional (Moreira, 1995). Este questionário permitiu distribuir as mães por quatro estilos de vinculação: estilo Seguro, estilo Amedrontado, estilo Preocupado e estilo Desinvestido. Para o cálculo do estilo dominante de vinculação foi usada preferencialmente a opção de escolha múltipla do RQ, tendo sido utilizados os resultados da *rating-scale* apenas quando a tarefa de escolha múltipla não foi realizada. Do Quadro 5 constam as frequências e percentagens correspondentes a cada estilo de vinculação.

Quadro 5

Estilo de Vinculação das Mães – Frequências e Percentagens (%)

	Frequências	%
Estilo de Vinculação		
Seguro	42	62.7
Amedrontado	5	7.5
Preocupado	5	7.5
Desinvestido	15	22.4

Nota. N=67

Constata-se que a maior parte da amostra é constituída por mães que apresentam um estilo seguro de vinculação (62.7%). Devido à natureza desta variável e à pouca representatividade de alguns dos estilos inseguros de vinculação (e.g., estilo Amedrontado e estilo Preocupado), e com vista à sua inserção no estudo preditivo, optou-se por recodificar a variável, transformando-a numa variável dicotómica – estilo seguro versus estilo inseguro de vinculação. No Quadro 6 figuram as frequências e percentagens do estilo relacional materno mediante a recodificação em variável dicotómica.

Quadro 6

Estilo de Vinculação das Mães – Frequências e Percentagens (%): Variável Dicotômica

	Frequências	%
Estilo de Vinculação		
Seguro	42	62.7
Inseguro	25	37.3

Nota. N=67

Conclui-se que, das 67 mães que responderam ao Questionário de Estilo Relacional, 25 têm um estilo inseguro de vinculação (37.3%).

Importa referir que, a partir de agora, ao longo do presente trabalho todas as referências ao estilo relacional materno irão reportar-se à variável dicotômica criada.

Estilo de Vinculação da Criança

Seguidamente apresentam-se os resultados relativos à percepção materna do estilo de vinculação da criança. Como descrito anteriormente, esta dimensão foi avaliada com recurso ao Inventário sobre a Vinculação na Infância e Adolescência (IVIA), versão de hetero-avaliação, desenvolvido por Carvalho, Soares e Baptista (2006). No Quadro 7 figuram as médias e os desvios-padrão para os diferentes tipos de vinculação – segura, ansiosa/ambivalente e evitante - assim como os valores mínimos e máximos, obtidos e teóricos.

Quadro 7

IVIA – Médias (M), Desvios-Padrão (DP) e Valores Mínimos e Máximos (Obtidos e Teóricos)

	N.º Itens	M	DP	Mínimos Obtidos/ Teóricos	Máximos Obtidos/ Teóricos
VC					
Segura	14	56.23	8.05	35/14	69/70
Ansiosa/Ambivalente	13	26.78	7.82	13/13	47/65
Evitante	10	21.99	5.29	12/10	34/50

Nota. VC – Vinculação da Criança.

N=73

Em relação aos valores mínimos obtidos, estes são próximos dos valores mínimos teóricos para as dimensões relativas à vinculação insegura, mas o valor para a vinculação segura é claramente superior ao valor mínimo teórico. Para esta mesma dimensão, o valor máximo alcançado é quase sobreponível ao valor máximo teórico, contrariando o que acontece com os valores máximos obtidos para as dimensões de vinculação insegura. Os valores do desvio-padrão apontam para variabilidade nas respostas. Como pode observar-se, a média obtida para o estilo de vinculação segura é claramente superior às obtidas para os estilos de vinculação ansiosa/ambivalente e evitante, sendo que esta mesma média também se encontra mais próxima do resultado máximo teórico (do que do mínimo teórico), situando-se as médias relativas às dimensões de vinculação insegura mais próximas do limite inferior do que do limite superior. Estes resultados indiciam que existe um predomínio de comportamentos característicos de um estilo de vinculação segura.

6.2 Análise do *Stress* Parental em Função do Estilo de Vinculação Materno

Do Quadro 8 constam os resultados relativos à comparação das mães com um estilo de vinculação seguro e das mães com um estilo de vinculação inseguro em termos do *stress* parental (Domínio da Criança e Domínio dos Pais).

Quadro 8

Stress Parental em Função do Estilo de Vinculação da Mãe

	G1 (VS)		G2 (VI)		t	p
	M	DP	M	DP		
Stress Parental						
Domínio da Criança	84.76	23.39	84.88	18.70	-.02	ns
Domínio dos Pais	100.86	21.37	106.00	24.52	-.90	ns

Nota. G1 (VS) – Mães com vinculação segura; G2 (VI) – Mães com vinculação insegura
 $n_1=42$, $n_2=25$; $gl=65$

Verifica-se que os dois grupos não se distinguem significativamente no *stress* experimentado (ao nível quer das características da criança, quer das características das mães).

6.3 Análise do Estilo de Vinculação da Criança em Função do Estilo de Vinculação Materno

No Quadro 9 figuram os resultados relativos à comparação das mães com uma vinculação segura e das mães com uma vinculação insegura relativamente à sua percepção dos comportamentos de vinculação da criança.

Quadro 9

Estilo de Vinculação da Criança em Função do Estilo de Vinculação da Mãe

	G1 (VS)		G2 (VI)		T	p
	M	DP	M	DP		
Vinculação da Criança						
Estilo Seguro	57.88	7.22	54.20	8.79	1.86	.067
Estilo Ansioso/Ambivalente	25.19	7.89	28.80	7.27	-1.86	.067
Estilo Evitante	20.50	4.76	23.20	5.52	-2.12	.038

Nota. G1 (VS) – Mães com vinculação segura; G2 (VI) – Mães com vinculação insegura
 $n_1=42$, $n_2=25$; $gl=65$

Verifica-se que as mães dos dois grupos se distinguem significativamente na percepção de comportamentos de estilo de vinculação evitante da criança, sendo ainda marginalmente significativos os resultados respeitantes ao estilo de vinculação segura e ao estilo de vinculação ansiosa/ambivalente.

6.4 Preditores do *Stress* Parental

Neste ponto apresentam-se os resultados relativos ao estudo dos preditores do *stress* parental, obtidos através da realização de duas análises de regressão linear múltipla (Quadro 10). Como variáveis predictoras foram consideradas as dimensões relativas à percepção materna acerca do estilo de vinculação da criança (IVIA), em particular as vinculações segura, ansiosa/ambivalente e evitante; como variável critério considerou-se, numa primeira análise de regressão múltipla, o Domínio da Criança e, numa segunda, o Domínio dos Pais. Dado que se verificou que o estilo de vinculação materno não se correlaciona com o *stress* parental, optou-se por não incluir aquela variável no estudo preditivo.

No caso da análise em que a variável critério é o Domínio da Criança, o valor de Durbin-Watson foi 1.97, indicando que os resíduos são independentes e aleatórios. Os valores do VIF foram 1.31 para a vinculação segura, 1.60 para a vinculação

ansiosa/ambivalente e 1.28 para a vinculação evitante, o que mostra que as variáveis não apresentam multicolinearidade. No caso em que a variável critério é o Domínio dos Pais, o valor de Durbin-Watson foi um pouco mais elevado, ainda que próximo de 2 - 2.25 - e os valores de VIF foram os mesmos (respectivamente 1.31, 1.60 e 1.28 para os estilos seguro, ansioso/ambivalente e evitante).

Quadro 10

Predição do Stress Parental (Domínio da Criança ou Domínio dos Pais) com Base no Estilo de Vinculação da Criança

IVIA/ DC				IVIA/ DP			
Preditores	β	t	p	Preditores	B	t	P
V. Segura	-.51	-4.86	.001	V. Segura	-.28	-2.37	.020
V. Ansiosa	.13	1.14	ns	V. Ansiosa	.23	1.73	Ns
V. Evitante	.14	1.38	ns	V. Evitante	.14	1.15	Ns
R	.64			R	.51		
R ²	.39			R ²	.23		
Modelo	$F(3,69)=16.34, p<.001$			Modelo	$F(3,69)=7.96, p<.001$		

Nota. DC – Domínio da Criança (ISP); DP – Domínio dos Pais (ISP); V – Vinculação N=73

Os resultados que figuram no Quadro 10 mostram que apenas a percepção materna de comportamentos característicos de um estilo de vinculação seguro na criança prediz significativamente o *stress* parental, sendo responsável por 39% da variância do modelo no caso da variável critério ser o Domínio da Criança, e por 23% da variância no caso desta variável ser o Domínio dos Pais.

Com vista a uma maior exploração dos resultados obtidos procedeu-se à realização de duas regressões múltiplas adicionais, considerando-se agora a vinculação segura da criança como variável critério e as subescalas do Domínio da Criança ou do Domínio dos Pais como variáveis predictoras. Os resultados obtidos mostram que, quando as variáveis predictoras são as subescalas do Domínio da Criança, a subescala Aceitação prediz uma maior frequência de comportamentos do estilo de vinculação segura na criança, sendo responsável por 37% da variância do modelo [$R = .65, R^2 = .37; F(6,66) = 8.17, p < .001; Beta = -.49, t = -2.77, p = .007$]; no caso das variáveis predictoras serem as subescalas do Domínio dos Pais, o único preditor significativo é a

subescala Sentido de Competência [$R = .50$, $R^2 = .17$; $F(7,65) = 3.05$, $p = .008$; $Beta = -.33$, $t = -2.13$, $p = .037$].

6.5 Relação do *Stress* Parental, do Estilo de Vinculação Materno e do Estilo de Vinculação da Criança com Variáveis Sócio-Demográficas (Mãe/Criança)

No âmbito do presente trabalho foi analisada a relação entre as várias dimensões avaliadas (*stress* parental, estilo de vinculação materno e estilo de vinculação da criança) e variáveis sócio-demográficas relativas à mãe - idade, estado civil (casadas vs não casadas), escolaridade e número de filhos (Quadro 11) e à criança - sexo, idade, presença vs ausência de doença, aproveitamento escolar e cuidador principal (Mãe vs Pais) (Quadro 12).

Quadro 11

Correlação do Stress Parental, do Estilo de Vinculação da Mãe e do Estilo de Vinculação da Criança com Variáveis Sócio-Demográficas Relativas à Mãe

	Idade	Estado Civil	Escolaridade	Nº Filhos
Stress Parental (Total)	-.15	-.06	-.20	.02
Vinculação Mãe	-.12	.20	-.13	.29*
Vinculação Criança				
Segura	.03	.14	.04	-.03
Ansiosa/Ambivalente	.08	.09	.05	-.20
Evitante	-.06	.01	-.19	-.21

Nota. * $p < .05$

Como é possível verificar através da leitura do Quadro 11, apenas se obtém uma correlação positiva significativa entre o estilo relacional materno e o número de filhos, não se correlacionando as outras variáveis de forma significativa.

No Quadro 12 figuram os resultados do estudo correlacional entre as mesmas dimensões - *stress* parental, estilo de vinculação materno e estilo de vinculação da criança - e variáveis sócio-demográficas relativas à criança.

Quadro 12

Correlação do Stress Parental, do Estilo de Vinculação da Mãe e do Estilo de Vinculação da Criança com Variáveis Sócio-Demográficas Relativas à Criança

	Sexo	Idade	Doença	Aproveitamento Escolar	Cuidador Principal
Stress Parental (Total)	-.18	-.04	.20	.51*	.02
Vinculação Mãe	-.04	-.09	-.14	.11	-.20
Vinculação Criança					
Segura	.22	-.04	-.21	-.39*	-.04
Ansiosa/Ambivalente	-.11	.05	.00	.30*	-.10
Evitante	-.19	.13	-.01	.11	.05

Nota. * $p < .01$

A leitura do Quadro 12 permite verificar que ocorre uma correlação positiva significativa entre o Total de *Stress* Parental e o Aproveitamento Escolar da criança. Sobressai ainda que o Aproveitamento Escolar se associa de forma significativa com o Estilo de Vinculação Seguro (correlação negativa) e com o Estilo de Vinculação Ansioso/Ambivalente (correlação positiva) da criança.

Nenhuma das outras variáveis sócio-demográficas mostrou correlacionar-se de forma significativa com as variáveis principais em estudo.

Capítulo 7 – Discussão

Neste capítulo procede-se à discussão dos resultados de acordo com a sequência adoptada na definição dos objectivos e hipóteses. Começa, contudo, por se fazer uma breve menção à caracterização das dimensões em estudo – *stress* parental, vinculação materna e vinculação da criança (Ponto 7.1) e só depois se prossegue com a discussão dos resultados decorrentes quer da comparação de dois grupos de mães – vinculação segura vs vinculação insegura - face ao *stress* parental e ao estilo de vinculação da criança (Ponto 7.2), quer do estudo preditivo efectuado (Ponto 7.3). Por fim, discutem-se os resultados relativos à associação entre as dimensões em estudo e variáveis sócio-demográficas específicas (Ponto 7.4).

7.1 Caracterização do *Stress* Parental, do Estilo de Vinculação Materno e da Percepção do Estilo de Vinculação das Crianças-Alvo

No que se refere ao *stress* parental, sobressai que as mães de crianças em idade escolar da amostra estudada apresentam, em termos médios, níveis de *stress* parental distantes dos valores máximos teóricos, sendo de referir que os valores obtidos são todos significativamente mais baixos do que os da amostra normativa do ISP, com excepção do relativo à subescala Relação Marido/Mulher (que é aproximado) e do referente à escala de *Stress* de Vida (que é superior), conforme foi possível verificar através de uma análise estatística comparativa, exploratória, entre as duas amostras.

O facto de a amostra utilizada ser uma amostra de conveniência, recolhida maioritariamente junto de uma população de nível sócio-económico médio-alto e alto e com uma escolaridade elevada poderá ter exercido alguma influência nos resultados obtidos em termos dos níveis de *stress* experimentados. Com efeito, tem sido demonstrado que mães com níveis mais altos de escolaridade, referem níveis mais baixos de *stress* parental (Casady et al., 2001; Vieira-Santos, Narciso, & Ribeiro, 2009). Foi também observado que o nível sócio-económico é um preditor do *stress* parental materno (Walker, 2002), tendo as famílias com um nível sócio-económico mais baixo uma maior susceptibilidade à experiência de *stress* o que, por sua vez, afecta a experiência da parentalidade (Bradley & Corwyn, 2002). Na mesma linha, Baldwin, Brown e Milan (1995) verificaram que, numa amostra de cuidadores de crianças com Perturbação de Hiperactividade com Défice de Atenção, cerca de 42% da variância no Total de *stress* experimentado era explicado por factores financeiros como o rendimento familiar.

Um outro factor a ter em conta é a possibilidade de ter existido, por parte das mães, alguma defensividade na resposta ao ISP, e que tal se tenha traduzido em níveis mais baixos de *stress* parental, sendo ainda pertinente colocar a hipótese de que exista, pelo menos face a algumas mães, um desinvestimento do seu papel parental o que pode conduzir a níveis especialmente baixos de *stress*.

No que se refere ao estilo de vinculação materno, sobressai que a amostra é maioritariamente constituída por mães com um estilo relacional de tipo seguro. Tal é concordante com o encontrado em amostras da população geral em que o estilo seguro aparece como sendo predominante (ver Ainsworth et al., 1978). Coloca-se, no entanto, mais uma vez a hipótese de ter existido alguma defensividade na resposta ao

instrumento que mede esta dimensão (Questionário de Estilo Relacional), e a probabilidade de algumas respostas terem sido afectadas por desejabilidade social. Outro dos factores a ter em conta é a dimensão reduzida do instrumento utilizado e o facto deste não contemplar escalas de validade ou defensividade, possuindo ainda uma elevada validade facial o que facilita a manipulação de resultados pelos respondentes.

Relativamente à percepção do estilo de vinculação da criança, e à semelhança do que aconteceu com a percepção das mães face a si próprias, também neste caso se capta claramente uma predominância de comportamentos característicos de um tipo de vinculação segura. Mais uma vez, esta tendência vai ao encontro do que tem vindo a ser verificado em vários estudos sobre a vinculação efectuados com população não-clínica, em que a maioria dos sujeitos é classificado como tendo um padrão seguro de vinculação (ver Ainsworth et al., 1978).

O nível educacional e sócio-económico poderá exercer, eventualmente, alguma influência já que se tem demonstrado que a taxa de vinculação segura entre grupos de classe média se situa entre os 65% e os 75% (Ainsworth et al., 1978), enquanto em grupos de classes sociais mais baixas estas taxas rondam os 55% (ver Casady et al., 2001). Pedersen e colaboradores (1990) encontraram também uma correlação positiva entre a escolaridade e a sensibilidade materna, assim como entre esta sensibilidade e a vinculação segura da criança, apontando para uma possível ligação entre a vinculação e o nível educacional, o que, hipoteticamente, poderia ser aplicável a uma amostra com as características da utilizada no presente estudo. Contudo, é importante ter em consideração que esta justificação poderá aplicar-se apenas a alguns casos em que a vinculação é segura, uma vez que não se obteve uma relação estatisticamente significativa entre a escolaridade da mãe e o estilo de vinculação da criança no presente trabalho.

7.2 *Stress* Parental e Estilo de Vinculação da Criança em Função do Estilo de Vinculação da Mãe

No que diz respeito à comparação de mães com vinculação segura vs mães com vinculação insegura relativamente aos níveis de *stress* parental experimentados, realça-se que os dois grupos não se distinguem no *stress* experimentado (Domínio da Criança ou Domínio dos Pais). Estes resultados não confirmam a Hipótese 1, a qual previa que as mães com um estilo seguro de vinculação apresentariam níveis de *stress* parental mais baixos, comparativamente com mães com estilos inseguros de vinculação. Os

dados obtidos parecem ir contra os resultados de outros estudos que apontam para que as mães com estilos de vinculação inseguros apresentam níveis mais elevados de *stress* parental (e.g., Casady et al., 2001; Mcgriff, 2000; Rholes et al., 2006; Zuck, 2010), ou que estilos seguros de vinculação parental predizem níveis baixos de *stress* parental (Townsend, 2001). O facto de, na presente pesquisa, não se obter um padrão semelhante de resultados poderá prender-se com o tipo de instrumento utilizado para avaliar o estilo de vinculação materno, que é diferente dos usados nos estudos a que se teve acesso. Acresce que, numa outra linha de pensamento, a ausência de relação entre estilo de vinculação materno e *stress* parental pode dever-se a características distintas entre as amostras incluídas nos referidos estudos e a amostra actual, designadamente sócio-demográficas.

No que se refere à percepção de comportamentos de vinculação da criança, as mães com um estilo de vinculação seguro distinguem-se das que têm uma vinculação insegura, relativamente àquela percepção, de tal forma que as mães com uma vinculação segura percebem uma menor frequência de comportamentos “evitantes” nos seus filhos, existindo também uma tendência para estas mães perceberem uma menor frequência de comportamentos “ambivalentes” e uma maior frequência de comportamentos “seguros”. A Hipótese 2, que previa que mães com um estilo de vinculação seguro perceberiam uma maior frequência de comportamentos do estilo de vinculação seguro nas suas crianças (comparativamente com as mães que apresentam uma vinculação de tipo inseguro) foi confirmada apenas de forma tendencial dado o resultado obtido ser marginalmente significativo.

Os dados existentes na literatura a este respeito são contraditórios e não apontam de forma conclusiva para que exista uma associação entre o estilo de vinculação materno e o estilo de vinculação da criança (ver Belsky, 2005b). Com efeito, enquanto estudos intergeracionais obtiveram resultados que indiciam a transmissão de estilos de vinculação na família (e.g., Benoit & Parker, 1994; Hautamäki, et al., 2010) e que existe uma relação sistemática entre a classificação do estilo de vinculação do adulto e o estilo de vinculação apresentado pela criança (Main, Kaplan, & Cassidy, 1985), Emery, Paquette e Bigras (2008), num estudo com mães adolescentes, concluíram que o estilo de vinculação do adulto não contribuía para a predição do estilo de vinculação da criança, tendo Call (1999) chegado a conclusões semelhantes ao não observar uma relação significativa entre o estilo de vinculação materno e a “segurança” da vinculação da criança. Muitos dos dados empíricos sugerem que, a existir, essa relação será

indirecta e estarão envolvidos outros factores que interferem no seu estabelecimento (e.g., Raval et al., 2001; Sagi et al., 1997; Slade et al., 2005).

7.3 Estilo de Vinculação da Criança como Preditor do *Stress* Parental

O estudo preditivo foi conduzido considerando o Domínio da Criança e o Domínio dos Pais do ISP como variáveis critério (independentes) e as variáveis relativas ao estilo de vinculação da criança (percepção materna) como preditores. Os resultados obtidos vêm confirmar a Hipótese 3. De facto, as mães das crianças com mais comportamentos de vinculação segura referem níveis de *stress* parental mais baixos, associados quer com características da criança (Domínio da Criança - o modelo explica 39% da variância) quer com características das mães (Domínio dos Pais - o modelo explica 22% da variância). A maior variância explicada no caso do Domínio da Criança é compreensível já que, tratando-se do estilo de vinculação da criança, este tenderia a afectar mais a percepção que os pais têm das características da criança do que das suas próprias características e do seu desempenho do papel parental.

Estes resultados introduzem conclusões adicionais acerca da relação entre *stress* parental e estilos de vinculação da criança no que diz respeito à percepção de comportamentos de vinculação segura nas crianças mais velhas (insuficientemente estudadas, sobretudo em Portugal), captando-se a relevância quer das características da criança, quer das características dos pais, ainda que as primeiras se configurem como mais poderosas na sua potencial influência. A ausência de capacidade preditiva dos estilos de vinculação inseguros face ao *stress* parental pode dever-se a características da amostra (e.g., amostra maioritariamente constituída por mães com um estilo de vinculação de tipo seguro, amostra de conveniência, com características sócio-demográficas específicas, não sendo representativa da população), difíceis de controlar no presente trabalho.

No que diz respeito ao estudo preditivo efectuado ao nível das subescalas, com carácter exploratório, em que se considerou como variável critério a vinculação segura da criança e como variáveis predictoras as subescalas do Domínio da Criança ou do Domínio dos Pais do ISP, os resultados apontam para que as subescalas Aceitação (Domínio da Criança) e Sentido de Competência (Domínio dos Pais) se constituem como preditores estatisticamente significativos dos comportamentos de vinculação segura na criança. Sobressai que as mães que se sentem mais competentes no

desempenho do papel parental e que consideram que a criança tem características que facilitam a sua aceitação e que satisfazem mais as expectativas das mães, percebem mais comportamentos de vinculação segura na criança.

Não foi possível encontrar na literatura estudos que permitam fundamentar os resultados observados no presente trabalho ao nível das subescalas do ISP. Encontrou-se, no entanto, referência a diferenças em função das crianças-alvo terem estilos de vinculação seguro e inseguro, especificamente ao nível das subescalas Maleabilidade de Adaptação, Exigência, Humor e Distração/Hiperactividade, com resultados mais elevados face a crianças-alvo com um estilo de vinculação insegura (ver Casady et al., 2001).

Pode concluir-se que, de uma forma geral, os resultados obtidos relativamente a crianças mais velhas vão na mesma linha da literatura na área, a qual mostra que crianças que apresentam estilos de vinculação seguros têm pais que experimentam menos *stress* no desempenho do papel parental (e.g., Emery et al., 2008; Hadadian & Merbler, 1996; Jarvis & Creasey, 1991; Scher & Mayseless, 2000).

7.4 Relação do *Stress* Parental, da Vinculação da Mãe e da Vinculação da Criança com Variáveis Sócio-Demográficas

Os resultados da análise correlacional efectuada entre as dimensões em estudo e variáveis sócio-demográficas, relativas à mãe e à criança, revelaram que, das variáveis maternas consideradas – idade, estado-civil, escolaridade e número de filhos – apenas o número de filhos apresentou uma associação positiva significativa com o estilo de vinculação materno, indicando que as mães com um maior número de filhos têm um estilo de vinculação inseguro. Confirma-se, assim, a Hipótese 4, em que se previa que alguma ou algumas das variáveis sócio-demográficas consideradas relativamente à mãe se correlacionassem com pelo menos uma das dimensões em estudo.

Não foram encontrados dados empíricos na literatura que permitam fundamentar este resultado, podendo, no entanto, colocar-se a hipótese que mães com estilos de relacionamento inseguros tenham mais filhos numa tentativa de estabelecerem relações significativas que lhes providenciem um sentimento de completude e segurança.

Relativamente às variáveis sócio-demográficas da criança – sexo, idade, presença de doença, aproveitamento escolar e o cuidador principal – apenas o aproveitamento escolar mostrou relacionar-se de forma estatisticamente significativa com algumas das dimensões em estudo. Assim, quanto pior é o aproveitamento escolar

da criança, maior é o nível de *stress* experimentado pela mãe, verificando-se ainda que crianças com mais comportamentos de um estilo de vinculação seguro apresentam melhor aproveitamento escolar enquanto crianças com mais comportamentos de um estilo de vinculação ansioso/ambivalente apresentam um aproveitamento escolar menos satisfatório. Estes dados vêm na linha do que tem sido mencionado na literatura sobre as diferenças em contexto escolar, em que crianças com estilo de vinculação seguro são melhores a comunicar, a envolverem-se cognitivamente e a dominar o processo de motivação em contexto académico (e.g., Moss & St-Laurent, 2001), revelando significativamente mais comportamentos pró-sociais e menos dificuldades (ver Sá, 2010).

Para terminar, refira-se que, considerando o computo das cinco hipóteses definidas, confirmaram-se quatro delas (Hipóteses 2 a 5) ainda que uma apenas de forma tendencial (Hipótese 2).

Capítulo 8 - Conclusão

Neste Capítulo são apresentadas as principais conclusões retiradas da presente investigação. São ainda apontadas algumas limitações do estudo e fornecidas pistas para futuras investigações na mesma área.

As mães das crianças em idade escolar da amostra estudada apresentam, em média, níveis de *stress* parental relativamente baixos, sendo eles significativamente inferiores aos da amostra normativa do ISP, instrumento utilizado para avaliar esta dimensão. Considera-se que tal pode estar relacionado, por um lado, com o nível educacional e sócio-económico das mães, que é maioritariamente elevado, já que, de acordo com a literatura, os progenitores com este tipo de características tendem a referir níveis de *stress* parental mais baixos. Por outro lado, é provável que, em alguns casos, possa ter havido alguma defensividade na resposta ao instrumento, o que também contribuiria para resultados baixos.

A amostra é constituída maioritariamente por participantes que apresentam um estilo de vinculação de tipo seguro, o que é concordante com o que acontece na população geral. No entanto, não foi possível replicar resultados anteriores em que o estilo seguro das mães, por comparação com estilos inseguros de vinculação, acarreta níveis de *stress* parental mais baixos. O facto de não se ter observado variações no *stress* parental experimentado consoante o estilo de vinculação materno, poderá eventualmente dever-se a diferenças face a outros estudos no que se prende, por

exemplo, com os instrumentos utilizados ou com características das amostras. Verificou-se, no entanto, que as mães que apresentam um estilo de vinculação seguro percebem menos comportamentos de estilo de vinculação evitante na criança, existindo também uma tendência para estas mães perceberem maior frequência de comportamentos de vinculação segura na criança e menos comportamentos de estilo ansioso/ambivalente. Tal como seria de esperar, há uma predominância de comportamentos de estilo seguro de vinculação nas crianças-alvo.

O estilo de vinculação da criança mostrou ser uma variável importante, constituindo-se como um preditor do *stress* parental no caso do estilo de vinculação segura. Assim, à percepção materna de utilização de mais comportamentos característicos de um estilo de vinculação segura por parte da criança, associam-se níveis de *stress* parental mais baixos, decorrente quer de características da criança (Domínio da Criança), quer de características da figura parental (Domínio dos Pais). Destaca-se ainda que as subescalas Aceitação e Sentido de Competência são preditores significativos de comportamentos de estilo de vinculação segura na criança, de tal forma que as mães das crianças com mais comportamentos deste tipo sentem-se mais competentes no desempenho do papel parental e consideram que a criança satisfaz mais as expectativas parentais.

Face à relação das dimensões em estudo com variáveis sócio-demográficas, destaca-se que as mães com um estilo de vinculação de tipo inseguro são as que têm um maior número de filhos (o que pode estar relacionado com a procura de segurança e de um sentimento de completude através do estabelecimento de relações significativas) e que o pior desempenho escolar da criança se associa com níveis de *stress* parental mais elevados enquanto o melhor aproveitamento escolar se relaciona com mais comportamentos do estilo de vinculação segura na criança.

No que diz respeito às limitações deste estudo destacam-se, em primeiro lugar, as inerentes ao tipo de amostra (de conveniência, de dimensão relativamente reduzida, recolhida apenas em dois locais e somente no distrito de Lisboa), sendo as conclusões dificilmente generalizáveis para a população. Uma outra limitação diz respeito ao modo como a informação foi recolhida, não tendo existido por parte da investigadora, na maioria dos casos, um contacto directo com as mães o que impossibilitou o esclarecimento de dúvidas, e o controlo de interferências no preenchimento dos questionários e da ficha de recolha de informação. Uma outra limitação diz respeito ao facto de a avaliação da vinculação da criança ter sido feita apenas por hetero-avaliação,

com base na percepção materna dos comportamentos da criança. Estudos futuros deverão contemplar também o recurso a auto-avaliação.

No entanto, apesar destas limitações, foram obtidos resultados interessantes que comprovam em parte o que tem vindo a ser descrito na literatura no que diz respeito à relação entre *stress* parental, estilo de vinculação materno e estilo de vinculação da criança, designadamente quando as crianças-alvo são mais novas, tendo este estudo dado um contributo para aumentar o conhecimento nestas temáticas quando as crianças-alvo são mais velhas.

Futuramente, seria então importante continuar esta linha de investigação, mas com a utilização de instrumentos que avaliem a vinculação de forma mais exaustiva e recorrendo-se a vários informantes, incluindo a própria criança. É pertinente desenvolver estudos que permitam uma melhor compreensão destas dimensões, particularmente do modo como se manifestam e influenciam as dinâmicas familiares, e averiguar que variáveis poderão desempenhar um papel de mediação/moderação entre o *stress* parental e a vinculação. Esta compreensão pode revelar-se de extrema importância não só ao nível da intervenção clínica em situações de disfuncionalidade ou psicopatologia, como também ao nível da prevenção de comportamentos de risco, procurando evitar-se que surjam ciclos de interacção negativa que possam dar origem, em casos extremos, a situações de negligência ou mau-trato e se transmitam intergeracionalmente.

Uma das conclusões salientes do presente trabalho é a que remete para a relação do aproveitamento escolar com os níveis de *stress* parental e com o estilo de vinculação da criança. Em investigação futura seria pertinente aprofundar o estudo da relação entre estas dimensões, face a grupos com e sem dificuldades de aprendizagem, pelo potencial contributo do conhecimento obtido em termos de potenciais acções preventivas e da intervenção no âmbito do insucesso escolar, o qual tem vindo a crescer na sociedade actual, configurando-se como uma problemática que vai continuar a preocupar professores, psico-pedagogos, pais, psicólogos e políticos.

Referências

- Abidin, R. R. (1990). Introduction to the special issues: The stress of parenting. *Journal of Clinical Child Psychology*, 19, 298-301.
- Abidin, R. R. (1992). The determinants of parenting behavior. *Journal of Clinical Child Psychology*, 21, 407-412.
- Abidin, R. R. (1995). *Parenting Stress Index - Manual* (3rd ed.). Odessa: Psychological Assessment Resources.
- Abidin, R. R., & Santos, S. V. (2003). *Índice de Stress Parental – Manual*. Lisboa: CEGOC-TEA.
- Adam, E. K., Gunnar, M. R., & Tanaka, A. (2004). Adult attachment, parent emotion, and observed parenting behavior: Mediator and moderator models. *Child Development*, 75, 110–122.
- Ainsworth, M. (1985). Attachment across the life span. *Bulletin of the New York Academy of Medicine*, 61, 792-812.
- Ainsworth, M. (1989). Attachments beyond infancy. *American Psychologist*, 44, 49-67.
- Ainsworth, M. D. S., Blehar, M. C., Waters, W., & Wall, S. (1978). *Patterns of attachment: A psychological study of the Strange Situation*. Hillsdale, NJ: Erlbaum.
- Alarcão, M. (2006) *(Des)Equilíbrios familiares*. Coimbra: Quarteto.
- Baldwin, K., Brown, R. T., & Milan, M. A. (1995). Predictors of stress in caregivers of attention deficit hyperactivity disorder children. *The American Journal of Family Therapy*, 23, 149-159.
- Bartholomew, K. (1990). Adult avoidance of intimacy: An attachment perspective. *Journal of Social and Personal Relationships*, 7, 147-178.
- Bartholomew, K., & Horowitz, L. (1991). Attachment styles among young adults: A test of a four-category model. *Journal of Personality and Social Psychology*, 61(2), 226-244.
- Baumrind, D., & Thompson, R. A. (2002). The ethics of parenting. In M. H. Bornstein (Ed.), *Handbook of Parenting* (2^a ed., Vol. 1, pp. 3-34). New Jersey: Lawrence Erlbaum Associates.
- Belsky, J. (1999a). Interactional and contextual determinants of security. In J. Cassidy & P. R. Shaver (Eds.), *Handbook of attachment: Theory, research and clinical applications* (pp. 249-264). New York: Guilford Press.

- Belsky, J. (1999b). Modern evolutionary theory and patterns of attachment. In J. Cassidy & P. Shaver (Eds.), *Handbook of attachment: Theory, research and clinical applications* (pp. 141-161). New York: The Guilford Press.
- Belsky, J. (2005a). Attachment theory and research in ecological perspectives: Insights from the Pennsylvania infant and family developmental project and the NICHD study of early child care. In K. E. Grossmann, K. Grossmann, & E. Waters (Eds.), *Attachment from infancy to adulthood: The major longitudinal studies* (pp. 71-97). New York: Guilford.
- Belsky, J. J. (2005b). The developmental and evolutionary psychology of intergenerational transmission of attachment. In C. S. Carter, L. L. Ahnert, K. E. Grossmann, S. B. Hardy, M. E. Lamb, S. W. Porges, ... N. N. Sachser (Eds.), *Attachment and bonding: A new synthesis* (pp. 169-198). Cambridge, MA US: MIT Press.
- Belsky, J., & Fearon, M. P. (2002). Early attachment security, subsequent maternal sensitivity, and later child development: Does continuity in development depend upon continuity of caregiving? *Attachment & Human Development*, 4(3), 361-387.
- Benoit, D., & Parker, K. (1994). Stability and transmission of attachment across three generations. *Child Development*, 65, 1444-1456.
- Bornstein L, & Bornstein M. H. (2007). Parenting styles and child social development. In: R. E. Tremblay, R. G. Barr, & R. D. Peters (Eds). *Encyclopedia on early childhood development*. Montreal, Quebec: Centre of Excellence for Early Childhood Development, 1-4. Obtido em 3 de Julho de 2011 de <http://www.child-encyclopedia.com/documents/BornsteinANGxp.pdf>
- Bornstein, M. H. (1998). *Refocusing on parenting*. Obtido em 3 de Julho de 2011 de <http://parenthood.library.wisc.edu/Bornstein/Bornstein.html>
- Bosquet, M., & Egeland, B. (2001). Associations among maternal depressive symptomatology, state of mind and parent and child behaviors: Implications for attachment-based interventions. *Attachment and Human Development*, 3, 173-199.
- Bowlby, J. (1971). *Attachment and loss: Vol 1. Attachment*. Harmondsworth: Penguin Books.
- Bowlby, J. (1975). *Attachment and loss: Vol 2. Separation*. Harmondsworth: Penguin Books.

- Bowlby, J. (1980). *Attachment and loss: Vol 3. Loss, sadness and depression*. Harmondsworth: Penguin Books.
- Bowlby, J. (1988). *A secure base. Clinical implications of attachment theory*. London: Routledge.
- Bradley, R. H., & Corwyn, R. F. (2002). Socioeconomic status and child development. *Annual Review of Psychology*, 53, 371-399.
- Broadhead, M., Chilton, R., & Crichton, C. (2009). Understanding parental stress within the scallywags service for children with emotional and behavioural difficulties. *Emotional & Behavioural Difficulties*, 14(2), 101-115.
- Bus, A. G., & van IJzendoorn, M. H. (1992). Patterns of attachment in frequently and infrequently reading diads. *Journal of Genetic Psychology*, 153, 395-403.
- Call, M. (1999). Transgenerational attachment, life stress, and the development of disruptive behavior in preschool children. *Dissertation Abstracts International*, 60. Obtido em 10 de Abril de 2011 da base de dados EBSCOhost.
- Campion, M. J. (1995). *Who's fit to be a parent*. London: Routledge.
- Canavarro, M. C. (2001). *Psicologia da gravidez e da maternidade*. Coimbra: Quarteto Editora.
- Carvalho, M. (2007). *Vinculação, temperamento e processamento de informação: Implicações emocionais e comportamentais no início da adolescência*. (Tese de Doutoramento não publicada). Instituto de Educação e Psicologia, Universidade do Minho, Braga.
- Carvalho, M., Soares, I., & Baptista, A. (2006). Inventário sobre a vinculação para a infância e adolescência (IVIA). In I. Soares (Ed.), *Relações de vinculação ao longo do desenvolvimento: Teoria e avaliação* (pp. 253-255). Braga: Psiquilíbrios Edições.
- Casady, A., Diener, M., Russel, I., & Wright, C. (2001). *Attachment security among families in poverty: Maternal, child, and contextual characteristics*. Comunicação apresentada na Biennial Conference of the Society for Research in Child Development, Minneapolis, MN.
- Cassidy, J., & Berlin, L. (1994). The insecure/ambivalent pattern of attachment. Theory and research. *Child Development*, 65, 971-991.
- Cicchetti, D., Cummings, M. E., Greenberg, M. T., & Marvin, R. S. (1990). An organizational perspective on attachment beyond infancy: Implications for theory, measurement, and research. In M. T. Greenberg, D. Cicchetti, & E. M. Cummings

- (Eds.), *Attachment in the preschool years. Theory, research, and intervention* (pp. 3-49). Chicago: The University of Chicago Press.
- Cochet, A. (s.d.). De la vérité du couple parental. Obtido em 10 de Abril de 2011 de <http://pagesperso-orange.fr/freud.lacan/textessite/familleparentalite.htm>
- Collins, A., Madsen, S. D., & Susman-Stillman, A. (2002). Parenting during middle childhood. In M. H. Bornstein (Ed.), *Handbook of parenting* (2^o ed., Vol. 1, pp. 73-93). London: Lawrence Erlbaum Associates.
- Creasey, G., & Jarvis, P. A. (1994). Relationships between parenting stress and developmental functioning among 2-year olds. *Infant Behavior and Development*, 17, 423–429.
- Crnic, K. A., & Greenberg, M. T. (1990). Minor parenting stresses with young children. *Child Development*, 61, 1628-1637.
- Crnic, K., & Low, C. (2002). Everyday stresses and parenting. In M. H. Bornstein (Ed.), *Handbook of parenting* (2^a ed., Vol. 5, pp. 243-267). New Jersey: Lawrence Erlbaum Associates.
- Daly, M. (2006). *La parentalité dans l'Europe contemporaine: Une approche positive*. Paris : Conseil de l'Europe.
- De Wolff, M., & van IJzendoorn, M. (1997). Sensitivity and attachment: A meta-analysis on parental antecedents of infant-attachment. *Child Development*, 68, 571-591.
- Deater-Deckard, K. (1998). Parenting stress and child adjustment: Some old hypothesis and new questions. *Clinical Psychology: Science and Practice*, 5, 314-332.
- Deater-Deckard, K. (2005). Parenting stress and children's development: Introduction to the special issue. *Infant and Child Development*, 14, 111-115.
- Deater-Deckard, K. (in press). Parenting the genotype. In K. McCartney & R. Weingerg (Eds.), *Festschrift for Sandra Scarr*. London: Taylor and Francis. Obtido em 10 de Outubro de 2011 de <http://kirbydd.googlepages.com/InPressChapterD-D.pdf>
- Degroat, J. (2003). Parental stress and emotion attributions as correlates of maternal positive affect and sensitivity during interaction with young children. *Dissertation Abstracts International*, 64. Obtido em 10 de Abril de 2011 da base de dados EBSCOhost.
- Dias, P., Soares, I., & Freire, T. (2002). Percepção materna do comportamento de vinculação da criança aos 6 anos: Construção de uma escala. *Psicologia: Teoria, Investigação e Prática*, 2, 335-347.

- Emery, J., Paquette, D., & Bigras, M. (2008). Factors predicting attachment patterns in infants of adolescent mothers. *Journal of Family Studies, 14*(1), 65-90.
- Erikson, E. H. (1963). *Childhood and society*. Harmondsworth, Middlesex: Penguin Books. (Obra original publicada em 1950)
- Faria, C., Fonseca, M., Lima, V., Soares, I., & Klein, J. (2009). Vinculação na idade adulta. In I. Soares (Ed.), *Relações de vinculação ao longo do desenvolvimento: Teoria e avaliação* (pp. 121-158). Braga: Psiquilíbrios Edições.
- Ferreira, T. (2002). *Em defesa da criança: Teoria e prática psicanalítica da infância*. Lisboa: Assírio e Alvim.
- Franklin, L. C. (2005). *The relationship between attachment, parenting stress and parenting practices* (Tese de Doutoramento não publicada). University of Northern Colorado, Greeley.
- Freud, S. (2001). A organização genital infantil. In *Três ensaios sobre a teoria da sexualidade*. Lisboa: Livros do Brasil (Obra original publicada em 1923)
- Golse, B. (2005) *O desenvolvimento afectivo e intelectual da criança*. Lisboa: Climepsi.
- Hadadian, A., & Merbler, J. (1996). Mother's stress: Implications for attachment relationships. *Early Child Development and Care, 125*, 59–66.
- Hamilton, W. D. (1964) The genetical evolution of social behaviour, I. *Journal of Theoretical Biology 7*, 1–16.
- Hamilton, W. D. (1964) The genetical evolution of social behaviour, II. *Journal of Theoretical Biology 7*, 17–52.
- Hautamäki, A., Hautamäki, L., Neuvonen, L., & Maliniemi-Piispanen, S. (2010). Transmission of attachment across three generations. *European Journal of Developmental Psychology, 7*(5), 618-634.
- Hazan, C., & Shaver, P. (1987). Romantic love conceptualized as an attachment process. *Journal of Personality and Social Psychology, 52*, 511-524.
- Hoghugh, M. (2004). Parenting – An introduction. In M. Hoghugh & N. Long (Eds). *Handbook of parenting: Theory and research for practice* (pp. 1-18). London: SAGE.
- Houzel, D. (1999) *Les enjeux de la parentalité – Note de synthèse*. Obtido em 10 de Abril de 2011 de www.med.univ-angers.fr/.../enjeux%20parentalite%20Houzel.pdf
- Instituto Nacional de Estatística (2011). *Classificação Portuguesa das Profissões 2010 (versão 2011)*. Lisboa: Instituto Nacional de Estatística.

- Jarvis, P. A., & Cressey, G. L. (1991). Parenting stress, coping, and attachment in families with an 18-month-old infant. *Infant Behavior and Development, 14*, 383–395.
- Jongenelen, I., Carvalho, M., Mendes, T., & Soares, I. (2009). Vinculação na adolescência. In I. Soares (Ed.), *Relações de vinculação ao longo do desenvolvimento: Teoria e avaliação* (pp. 99-120). Braga: Psiquilíbrios Edições.
- Lebovici, S., & Soulé, M. (1980). *O conhecimento da criança pela psicanálise*. Rio de Janeiro: Zahar.
- Lerner, R. M., Rothbaum, F., Boulos, S., & Castellino, D. (2002). Developmental systems perspective on parenting. In M. H. Bornstein (Ed.), *Handbook of Parenting* (2^a ed., Vol. 2, pp. 315-344). New Jersey: Lawrence Erlbaum Associates.
- Main, M., & Solomon, J. (1990). Procedures for classifying infants as disorganized/disoriented during the Ainsworth Strange Situation? In M. Greenberg, D. Cicchetti, & E. Cummings (Eds.), *Attachment in the preschool years* (pp. 121-160). Chicago: Chicago University Press.
- Main, M., Kaplan, N., & Cassidy, J. (1985). Security in infancy, childhood, and adulthood: A move to the level of representation. In I. Bretherton & E. Waters (Eds.), *Growing points of attachment theory and research. Monographs of the Society for Research in Child Development, 50*, 66-104.
- Marcelli, D. (2005). *Infância e psicopatologia*. Lisboa: Climepsi.
- Mcgriff, D. L. (2000). Mothering remembered: Exploring the relationship between maternal history, attachment, maternal efficacy, and maternal role satisfaction. *Dissertation Abstracts International Section A, 61*. Obtido em 10 de Abril de 2011 da base de dados EBSCOhost.
- Mikulincer, M., & Shaver, P.R. (2007). *Attachment in adulthood: Structure, dynamics, and change*. New York: Guilford Press.
- Moreira, J. M. (1995). *Questionário de Estilo Relacional*. Faculdade de Psicologia e Ciências da Educação, Universidade de Lisboa, Lisboa.
- Moss, E., & St-Laurent, D. (2001). Attachment at school age and academic performance. *Developmental Psychology, 37*(6), 863-874.
- Papalia, D. E., Olds, S. W., & Feldman, R. D. (2001). *O mundo da criança*. Lisboa: McGraw-Hill.

- Parkes, C. M., & Hinde, J. S. (1982) *The place of attachment in human behavior*. London: Tavistock.
- Pecnik, N. (2006). Pour une vision de la parentalité dans l'intérêt supérieur de l'enfant. In M. Daly (Ed.), *La parentalité dans l'Europe contemporaine: Une approche positive*. Paris: Conseil de l'Europe.
- Pederson, D. R., Moran, G., Sitko, C., Campbell, K., Ghesquiere, K. & Acton, H. (1990). Maternal sensitivity and the security of infant-mother attachment: A Q-sort study. *Child Development*, 61, 1974-1983.
- Pesonen, A-K., Räikkönen, K., Keltikangas-Järvinen, L., Strandberg, T., & Järvenpää, A-L. (2003). Parental perception of infant temperament: Does parents' joint attachment matter? *Infant Behavior & Development*, 26, 167-182.
- Piaget, J. (1929). *The child's conception of the world*. New York: Harcourt Brace.
- Raval, V., Goldberg, S., Atkinson, L., Benoit, D., Myhal, N., Poulton, L., & Zwiars, M. (2001). Maternal attachment, maternal responsiveness and infant attachment. *Infant Behavior & Development*, 24(3), 281-304.
- Reda, N. M. & Hartshorne, T. S. (2008). Attachment, bonding, and parental stress in charge syndrome. *Mental Health Aspects of Developmental Disabilities*, 11, 10-21.
- Rholes, W. S., Simpson, J. A., & Friedman, M. (2006). Avoidant attachment and the experience of parenting. *Personality and Social Psychology Bulletin*, 32, 275-285.
- Sá, P. (2010). *Vinculação ao pai e à mãe: Contribuições específicas para o ajustamento escolar em crianças*. (Dissertação de Mestrado não publicada). Faculdade de Psicologia, Universidade de Lisboa, Lisboa.
- Sagi, A., van IJzendoorn, M., Scharf, M., Joels, T., Koren-Karie, N., Mayseless, O., & Aviezer, O. (1997). Ecological constraints for intergenerational transmission of attachment. *International Journal of Behavioral Development*, 20(2), 287-299.
- Santos, S. V. (2008). Índice de Stress Parental (PSI). In L. S. Almeida, M. R. Simões, C. Machado, & M. M. Gonçalves (Eds.), *Avaliação psicológica. Instrumentos validados para a população portuguesa* (Vol. II, pp. 123-134). Coimbra: Quarteto.
- Scher, A., & Mayseless, O. (2000). Mothers of anxious/ambivalent infants: Maternal characteristics and child-care context. *Child Development*, 71(6), 1629-1639.
- Shaver, P., & Hazan, C. (1988). A biased overview of the study of love. *Journal of Social and Personal Relationships*, 5, 473-510.

- Shaver, P., Hazan, C., & Bradshaw, D. (1988). Love as attachment: The integration of three behavioural systems. In R. J. Sternberg, & M. Barnes (Eds.), *Anatomy of love* (pp. 68-99). New Haven, CT: Yale University Press.
- Simpson, J. A., & Rholes, W. S. (1998). Attachment in adulthood. In J. A. Simpson & W. S. Rholes (Eds.), *Attachment theory and close relationships* (pp. 3-21). New York: Guilford.
- Slade, A., Grienenberger, J., Bernbach, E., Levy, D., & Locker, A. (2005). Maternal reflective functioning, attachment, and the transmission gap: A preliminary study. *Attachment & Human Development*, 7(3), 283-298.
- Soares, I. (1996). *Representação da vinculação na idade adulta e na adolescência. Estudo intergeracional: mãe-filho(a)*. Braga: Centro de Estudos em Educação e Psicologia, Instituto de Educação e Psicologia, Universidade do Minho.
- Soares, I., Martins, E. C., & Tereno, S. (2009). Vinculação na infância. In I. Soares (Ed.), *Relações de vinculação ao longo do desenvolvimento: Teoria e avaliação* (pp. 48-98). Braga: Psiquilíbrios Edições.
- Solomon, J., & George, C. (1999). The place of disorganization in attachment theory: Linking classic observations with contemporary findings. In J. Solomon & C. George (Eds.), *Attachment disorganization*. NY: Guilford Press.
- Sroufe, L. A., Egeland, B., Carlson, E., & Collins, W. A. (2005). *The development of the person: The Minnesota study of risk and adaptation from birth to adulthood*. New York: Guilford.
- Thompson, R. A. (1999). Early attachment and later development. In J. Cassidy & P. Shaver (Eds.), *Handbook of attachment: Theory, research and clinical applications* (pp. 265-286). New York: Guilford.
- Townsend, R. (2001). The relationship among adult attachment style, stress, and selected demographic characteristics of parents. *Dissertation Abstracts International Section A*, 62. Obtido em 10 de Abril de 2011 da base de dados EBSCOhost.
- van IJzendoorn, M. H. (1995). Adult attachment representations, parental responsiveness, and infant attachment: A meta-analysis on the predictive validity of the Adult Attachment Interview. *Psychological Bulletin*, 117, 387-403.
- Vieira-Santos, S., Narciso, I., & Ribeiro, M. T. (2009, Julho). *Parenting stress and demographic variables in a non-clinical sample*. 11th European Congress of Psychology, Oslo.

- Walker, A. (2002). Parenting stress: A comparison of mothers and fathers of disabled and non disabled children. *Dissertation Abstracts International*, 62, Obtido em 23 de Outubro de 2011 da base de dados EBSCOhost.
- Waters, E., Kondo-Ikemura, K., Richters, J. E., & Posada, G. (1991). Learning to love: Milestones and mechanisms. In M. Gunner & A. Sroufe (Eds.), *Self processes and development. The Minnesota Symposia on Child Development*, 23, 217-255. Hillsdale, NJ: Erlbaum.
- Weinfield, N., Sroufe, L. A. Egeland, B., & Carlson, E. (1999). The nature of individual differences in infant-caregiver attachment. In J. Cassidy & P. Shaver (Eds.), *Handbook of attachment: Theory, research and clinical applications* (pp. 68-88). New York: Guilford.
- Weiss, R. S. (1982). Attachment in adult life. In C. M. Parkes & J. Stevenson-Hinde (Eds.), *The place of attachment in human behavior* (pp. 171-184). New York: Basic Books.
- West, M. L., & Sheldon-Keller, A. E. (1994). *Patterns of relating – An adult attachment perspective*. New York: Guildford Press.
- Zuck, G. A. (2010). The relationship among adult-attachment style, adult personality, and parenting stress in adults who adopt maltreated children. *Dissertation Abstracts International Section A*, 70. Obtido em 10 de Abril de 2011 da base de dados EBSCOhost.

Anexos

Anexo I

Ficha de Recolha de Informação

Data de Preenchimento: ____/____/____

Nº: _____

Ficha de Recolha de Informação

Leia atentamente cada uma das questões que se seguem e responda a todas elas.

Dados da Mãe

1. Idade: _____ anos
2. Nacionalidade: _____
3. Etnia: Lusa Indiana Africana Cigana Outra _____
4. Estado Civil:

<input type="checkbox"/>	Casada/ União de Facto, desde ____/____/____
<input type="checkbox"/>	Solteira
<input type="checkbox"/>	Divorciada/Separada, desde ____/____/____
<input type="checkbox"/>	Viúva
5. Quantos Casamentos/ Uniões de Facto (igual ou superior a 2 anos) teve anteriormente? _____
6. Profissão: _____
7. Escolaridade:

<input type="checkbox"/> 0 a 4 anos de escolaridade	<input type="checkbox"/> 5 a 6 anos de escolaridade
<input type="checkbox"/> 7 a 9 anos de escolaridade	<input type="checkbox"/> 10 a 12 anos de escolaridade
<input type="checkbox"/> Ensino Profissional	<input type="checkbox"/> Ensino Superior
8. Constituição do agregado familiar (vive com ...):

9. Nº de filhos: _____
 Indique a idade e sexo de cada um e assinale com uma cruz se se trata de um biológico (B), de um enteado (E) ou de um filho adoptivo (A).
 Por exemplo, para um filho biológico do sexo masculino com 8 anos de idade, assinalar:
 Idade: 8; Sexo: Masculino Feminino; (B) (E) (A)

1º Idade: _____; Sexo: <input type="checkbox"/> Masculino <input type="checkbox"/> Feminino;	(B)	(E)	(A)
2º Idade: _____; Sexo: <input type="checkbox"/> Masculino <input type="checkbox"/> Feminino;	(B)	(E)	(A)
3º Idade: _____; Sexo: <input type="checkbox"/> Masculino <input type="checkbox"/> Feminino;	(B)	(E)	(A)
4º Idade: _____; Sexo: <input type="checkbox"/> Masculino <input type="checkbox"/> Feminino;	(B)	(E)	(A)
5º Idade: _____; Sexo: <input type="checkbox"/> Masculino <input type="checkbox"/> Feminino;	(B)	(E)	(A)
10. Doenças: Não Sim
 Indique por favor se elas são: Físicas Psicológicas Ambas
 Especifique quais: _____
11. Idade do Cônjuge: _____ anos

12. Profissão do Cônjuge: _____

13. Escolaridade do Cônjuge:

- 0 a 4 anos de escolaridade
 7 a 9 anos de escolaridade
 Ensino Profissional

- 5 a 6 anos de escolaridade
 10 a 12 anos de escolaridade
 Ensino Superior

Dados da Criança

14. Sexo: Masculino Feminino

15. Idade: _____ anos

16. Data de Nascimento: ____/____/____

17. Nacionalidade: _____

18. Etnia: Lusa Indiana Africana Cigana Outra _____

19. Ano de escolaridade que frequenta: _____

20. O aproveitamento escolar da criança é:

- Muito bom Bom Médio Mau Muito mau

21. Reprovações: Não
 Sim, especificar o número: _____

22. Doenças: Não Sim

Indique por favor se elas são: Físicas Psicológicas Ambas

Quais: _____

Desde quando? _____

23. Internamentos: Não Sim

Por favor especificar:

Número: _____

Duração: _____

Idade: _____

Motivo: _____

24. O seu filho ou filha viveu algum período separado/a da mãe?

Não Sim, por favor especifique:

Número de vezes: _____

Duração: _____

Idade: _____

Motivo: _____

25. Quem é o principal cuidador da criança? _____

Anexo II

Informação Apresentada às Mães e Consentimento Informado

No âmbito do Mestrado Integrado em Psicologia da Faculdade de Psicologia da Universidade de Lisboa está a ser realizada uma investigação cujo objectivo é o estudo do *stress* parental e das características relacionais da mãe e da criança. Esta investigação conta com a supervisão científica da Prof.^a Doutora Salomé Vieira Santos. O estudo está a ser conduzido com mães de crianças em idade escolar, daí o solicitar-se a sua colaboração.

A participação nesta pesquisa será feita através do preenchimento, individual, de uma Ficha de Recolha de Informação e de três questionários, o que durará cerca de 30 minutos. O seu contributo é muito importante com vista a um melhor entendimento das dimensões em causa para que no futuro seja possível ajudar as mães a lidar, de forma mais eficaz, com o eventual *stress* experimentado no desempenho do papel parental.

A sua participação neste estudo é voluntária e toda a informação fornecida é anónima e confidencial. Os dados serão tratados de forma global e não de modo individualizado. Não existem respostas certas ou erradas – apenas interessa a sua perspectiva.

Caso tenha alguma dúvida que gostasse de esclarecer, pode contactar com a autora do estudo, Andreia Filipa V. Santos, através do email: andreia.fv.santos@gmail.com.

Grata pela sua atenção,
Andreia Filipa V. Santos

.....
Caso aceite participar nesta investigação assine, por favor, no espaço abaixo indicado.

Eu, _____, declaro que fui informada quanto ao teor da investigação e que, tendo em conta as informações que me foram facultadas, aceito participar voluntariamente na mesma.

Assinatura _____

Data ____/____/____

Anexo III

Folha de Instruções
(exemplar entregue no Colégio)

Cara Participante,

Se aceitou participar na investigação que visa o estudo do *stress* parental e das características relacionais da criança e da mãe, leia, por favor, as indicações que se seguem.

Responda ao conjunto de instrumentos que recebeu pela ordem em que estes são apresentados, centrando-se no filho ou filha que tem uma idade compreendida entre os 7 e os 12 anos. No caso de ter mais do que uma criança desta idade deverá focar-se apenas numa delas.

Encontrará primeiro uma Ficha em que se pretende recolher informação de cariz sócio-demográfico. De seguida, deparar-se-á com um questionário referente ao seu próprio estilo relacional.

Posteriormente, encontrará um questionário (PSI) que visa a caracterização do *stress* experimentado no exercício da função parental. Para responder a este questionário deverá ler as perguntas apresentadas no Caderno de Aplicação e assinalar as suas respostas na respectiva Folha de Respostas.

Por último, será apresentado um questionário (Inventário sobre a Vinculação para a Infância e Adolescência) dirigido para as características relacionais do seu filho ou filha.

É muito importante que leia atentamente as instruções de preenchimento de cada um dos questionários. Não escreva o seu nome ou o da criança em nenhuma das folhas que lhe são apresentadas. No final do preenchimento por favor verifique se não deixou respostas em branco.

Após concluir a verificação, coloque, por favor, todo o material no envelope que lhe foi entregue, feche-o, e devolva-o ao/à Director/a de Turma.

OBRIGADA PELA SUA COLABORAÇÃO

Anexo IV

Stress Parental: Comparação com Amostra Normativa do ISP

Para a comparação dos resultados obtidos no presente estudo com os da amostra normativa do instrumento utilizado para avaliar o *stress* parental (ISP), recorreu-se ao teste paramétrico t de Student para uma amostra, considerando-se como valor de referência a média obtida no estudo de validação do instrumento para a população portuguesa.

ISP – Comparação dos Resultados das Mães de Crianças em Idade Escolar com os da Amostra Normativa do ISP: Médias (*M*) e Valores de t

	<i>M</i>	<i>M</i>	t
	Amostra	Amostra normativa	
Domínio da Criança	85.73	101.21	-6.10**
Distracção/Hiperactividade	18.41	21.02	-3.93**
Reforço aos Pais	8.36	9.84	-5.00**
Humor	7.95	8.90	-3.00*
Aceitação	12.97	16.57	-6.51**
Maleabilidade de Adaptação	23.01	27.27	-6.06**
Exigência	15.03	17.68	-4.63**
Domínio dos Pais	103.64	119.53	-6.13**
Sentido de Competência	22.56	28.06	-7.24**
Vinculação	10.92	12.45	-4.60**
Restrição do Papel	15.33	17.22	-3.59*
Depressão	16.19	20.25	-6.68**
Relação Marido/Mulher	15.55	15.98	-.74
Isolamento Social	11.97	13.45	-3.88**
Saúde	11.11	12.16	-2.78*
Total de Stress	189.38	220.73	-6.71**
Stress de vida	9.93	8.19	1.47

Nota. N=73

*p<.01, **p<.001